



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

MÁRCIA CHRISTINA KIRSCHNER DE SIQUEIRA CAMPOS

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE CASAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA - PB

Nov 2016

MÁRCIA CHRISTINA KIRSCHNER DE SIQUEIRA CAMPOS

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE CASAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada a banca examinadora como requisito da disciplina de TCC para conclusão do curso de graduação do curso de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba/UFPB em cumprimento às exigências para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro.

**JOÃO PESSOA - PB
Nov 2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198e Campos, Márcia Christina Kirschner de Siqueira.

Estudo exploratório sobre a implantação de casas de economia solidária no estado da Paraíba / Márcia Christina Kirschner de Siqueira Campos. – João Pessoa, 2016.

66f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

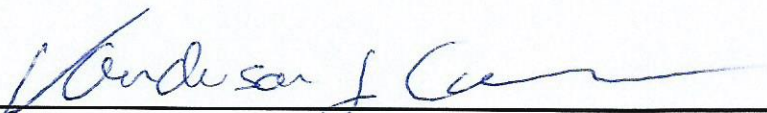
MÁRCIA CHRISTINA KIRSCHNER DE SIQUEIRA CAMPOS

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE CASAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA**

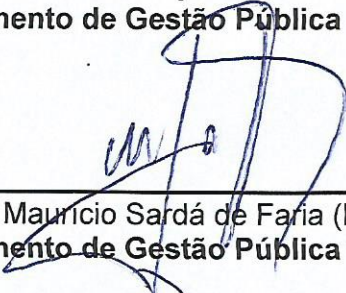
**Monografia apresentada ao Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da
Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.**

Monografia apresentada e aprovada em 24/11/2016.

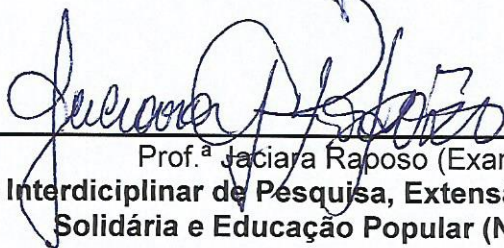
BANCA EXAMINADORA



**Prof. Dr. Vânderson Gonçalves Carneiro (Orientador)
Departamento de Gestão Pública (DGP/UFPB)**



**Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria (Examinador)
Departamento de Gestão Pública (DGP/UFPB)**



**Prof.^a Jaciara Raposo (Examinadora)
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia
Solidária e Educação Popular (NUPLAR/UFPB)**

“Quem não se movimenta,
não sente as correntes que o prendem”.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

"Vinde, vinde moços e velhos.
Vinde todos, apreciar.
Como isso é bom, como isso é belo,
como isso é bom, é bom demais.
Olhai, olhai, admirai
Como isso é bom, é bom demais".

Antônio Nóbrega

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação.
Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Mahatma Gandhi

AGRADECIMENTOS

A DEUS, nosso PAI, causa suprema de todas as coisas, pela benção da vida.

Aos meus pais Amanda e Thyroso, faço menção com carinho todo especial, que seguramente foram meus primeiros alicerces para este momento, os quais, transportados às fronteiras da vida terrena, têm minha eterna gratidão e amor.

À minha querida irmã M^a Christina que sempre acreditou em mim e me estimulou com palavras de firmeza no que eu sou, mostrando meus potenciais, quando eu mesma não os enxergava.

Aos meus filhos Manuela, Guilherme e Isabela, pela benção da permissão de DEUS e na busca de sempre mostrar o que podemos fazer das nossas escolhas.

À minha sobrinha-filha Gabriela pelo seu carinho, sempre presente.

Agradeço também aos meus novos filhos Alexandre Pedroza e Marianne Siza pela força.

Agradeço especialmente ao meu esposo Massuelos, companheiro e amigo de tantas construções. Por tudo que vivenciamos do que escolhemos lá atrás, em nossas vidas.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro, com seu jeito humano compreensível e firme ao mesmo tempo. Ensinando-me os caminhos da pesquisa que, para mim foi bem difícil, neste contexto político brasileiro que muito me afetou na elaboração deste trabalho de políticas públicas, enquanto pessoa e futura gestora pública.

Ao Prof. Dr. Maurício Sardá pela oportunidade que me deu em fazer parte da família INCUBES de forma mais efetiva, complementando meus caminhos já traçados pela Economia Solidária e com uma nova visão de ensino acadêmico, diferente dos modelos tradicionais.

Aos Professores (as) do NUPLAR pelos ensinamentos compartilhados em nossas atividades.

Aos Professores (as) do curso de Tecnologia em Gestão Pública pelos ensinamentos ministrados para a nossa formação acadêmica.

A todos do Centro Acadêmico de Gestão Pública - CAGESP com quem pude compartilhar e procurado ter dado o melhor de mim enquanto Coordenadora Acadêmica do NOSSO CAGESP. Em especial aos amigos de tantas lutas e aprendizados Dráuzio Macedo, Luciano Costa e Junior Caróé. Acreditando sempre que podemos fazer o melhor pelo nosso Curso, principalmente em favor do alunado.

Aos amigos (as) que, assim como eu, passaram por diversas dificuldades nos seus trabalhos e nos compreendem tão bem nas ausências necessárias.

E a todos (as) que, de alguma forma, fizeram parte deste “pedaço” da minha história pessoal e/ou acadêmica.

Grata.

RESUMO

As Casas de Economia Solidária são espaços multifuncionais para comercialização e formações dos empreendimentos econômicos solidários beneficiados pelas políticas públicas em economia solidária. Assim, este trabalho surgiu com a indagação de que forma está ocorrendo sua implantação no estado da Paraíba. Para isso, realizou-se um estudo de análise exploratória, com pesquisa documental e bibliográfica. Verificaram-se quais os atores envolvidos; como se dá a participação destes neste processo de construção; como está sendo realizada a apropriação destes espaços; sua organização; quais os municípios a serem implantadas; o que as Casas têm a oferecer à comunidade. Buscando-se atuações que estejam para além da comercialização dos produtos e serviços, na superação das dificuldades decorrentes da exclusão que o sistema capitalista normalmente impõe aos que estão em vulnerabilidade social, como alternativa ao modelo capitalista vigente. Apresenta-se um breve histórico da Economia Solidária, no Brasil e seus desdobramentos. Aborda-se de que forma os instrumentos de políticas públicas convergem com as ações de economia solidária, que fomentam e promovem o desenvolvimento e empoderamento dos empreendimentos econômicos solidários em busca da geração e/ou melhoria de renda. Ressalta-se a importância das ações de políticas públicas promovidas para o desenvolvimento e o empoderamento dos envolvidos, quando a participação coletiva se faz presente. Conclui-se que existem fragilidades no processo da implantação das Casas de Economia Solidária juntamente com seus atores envolvidos, entretanto, se reconhece avanços nas políticas públicas de economia solidária.

Palavras-chave: Casas de Economia Solidária; Economia Solidária; Formação, Trabalho e Renda em Economia Solidária; Política Pública.

ABSTRACT

The solidarity economy are multifunctional spaces for marketing and training of solidarity economic enterprises benefited by public policies in solidarity economy. Thus, this work has come up with the answer of how implementation is occurring in the State of Paraíba. For this, a study of exploratory analysis, with documentary and bibliographic research. What were the actors involved; How is the participation in this process; How is being held ownership of these spaces; your organization; which the municipalities to be deployed; What houses have to offer to the community. Seeking-if performances that are in addition to the marketing of products and services, in overcoming difficulties arising from the exclusion that the capitalist system normally enforces those in social vulnerability, as an alternative to the capitalist model. A brief history of the solidarity economy in Brazil and its offshoots. Discusses how the instruments of public policies converge with the actions of solidarity economy, to foster and promote the development and empowerment of sympathetic economic enterprises in search of generation and/or income improvement. The importance of public policy actions promoted for the development and empowerment of those involved, when the collective participation is present. It is concluded that there are weaknesses in the process of the implementation of the solidarity economy along with their stakeholders, however, recognizes advances in the public policies of solidarity economy.

Keywords: Solidary Economy Houses; Solidarity economy; Training, Work and Income in Solidary Economy; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campo de Pesquisa	16
Figura 2 - Atores da Economia Solidária no Brasil	25
Figura 3 - Logotipo FBES.....	27
Figura 4 - Triângulo da Sustentabilidade	33
Figura 5 - I CONAES	35
Figura 6 - II CONAES	36
Figura 7 - III CONAES	37
Figura 8 - Logotipo PAIES	44
Figura 9 - Composição da Casa de ECOSOL - Pombal – PB	48
Figura 10 - Casa ECOSOL Pombal - PB.....	49
Figura 11 - Inauguração Casa ECOSOL Pombal – PB	49
Figura 12 - Reunião na Casa ECOSOL Pombal - PB.....	50
Figura 13 - Reunião na Casa ECOSOL Pombal – PB (2014) - Encontro Preparatório III CONAES	50
Figura 14 - Pombal – PB	50
Figura 15 - Sumé – PB	53

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Planilha Orçamentária – Valor Total do Projeto.....	45
Quadro nº 2 - Comparativo população: total/gênero/rural/urbana – Pombal – PB por zona (rural e urbana)	51
Quadro nº 3 - Comparativo população: total/gênero/rural/urbana – Sumé –PB por zona (rural e urbana)	54.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão

CADSOL - Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários,

CENDAC - Centro de Apoio à Criança e Adolescente

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

COOPERAR - Projeto COOPERAR

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVT - Centros Vocacionais Tecnológico

DOU - Diário Oficial da União

EAFs - Entidades de Apoio e Fomento

ECOSOL - Economia Solidária

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

ES - Economia Solidária

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária

FMS - Fórum Social Mundial

FUNETEC - Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba

GT - Grupo de Trabalho

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidários

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho Emprego

MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social

ONGs - Organizações não Governamentais

OSC - Organização da Sociedade Civil PAIES - Projeto de Ações Integradas

PPES - Políticas Públicas de Economia Solidária

Rede ITCPs - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

SEDH - Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba

SENAES - Secretária Nacional de Economia Solidária

SESAES - Secretaria Executiva Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Introdução	13
1.1 - Nota metodológica	15
Capítulo 2 – Referencial Teórico	17
2.1 - Economia Solidária	17
2.1.1 - Origens Históricas da Economia Solidária	17
2.1.2 - Economia Solidária no Brasil: breve contexto histórico	20
2.1.3 - Fórum Brasileiro de Economia Solidária	25
2.2 - Políticas Públicas em Economia Solidária	29
2.2.1 - Breve Contexto de Políticas Públicas em Economia Solidária.....	29
2.2.2 - Secretária Nacional de Economia Solidária.....	32
2.2.3 - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária	34
2.2.4 - Conferência Nacional de Economia Solidária.....	35
2.2.5 - Conselho Nacional de Economia Solidária	38
2.2.6 - Plano Nacional de Economia Solidária	40
Capítulo 3 - Ações Integradas	42
3.1 - Projeto de Ações Integradas: um olhar sobre o projeto.....	42
3.2 - Casas de Economia Solidária	45
3.2.1 - Casa de ECOSOL - Pombal	48
3.2.1.1 - Conhecendo o Município de Pombal	50
3.2.2 - Casa de ECOSOL - Sumé	52
3.2.2.1 - Conhecendo o Município de Sumé	53
Capítulo 4 – Considerações Finais	55
Referências	58
ANEXO I - Ata de Reunião do Fórum Sertanejo de Economia Solidária.....	63

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo exploratório trata da dinâmica de implantação de Casas de Economia Solidária no Estado da Paraíba, com base em investigação sobre os espaços disponíveis, como está ocorrendo essa construção e a apropriação destes espaços para e pela comunidade.

Surgindo como um modo de produção, distribuição e consumo, a Economia Solidária trata de uma alternativa crítica referente ao modelo de capitalismo vigente e reprodutor de riquezas, mas que também gera misérias a exemplo da exploração do trabalho humano e da deterioração da natureza.

Segundo Singer (2002, p. 9), para termos a predominância da igualdade em uma sociedade, entre todos os seus membros, seria necessário que tivéssemos uma economia solidária em vez de ser uma economia competitiva. Deveria haver cooperação, para a organização se dar de forma igualitária entre os que se associam nas formas de produção, vendas, consumo ou poupança.

Por existir uma luta constante para contrapor à perversidade do capitalismo reinante, os trabalhadores se unem para a compra ou venda, organizados de forma autogestionárias, sob as diversas formas de se negociar bens e serviços, tendo em comum a forma justa, solidária e sustentável.

Devido a prática de milhares de trabalhadores (as), homens e mulheres que buscam de forma coletiva gerir seu próprio trabalho e lutam para sua emancipação econômica, temos na Economia Solidária um viés que contempla a participação destas pessoas para se organizarem de forma autogestionária e coletivamente, muitas das quais se encontram em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

Em busca dessa melhoria de renda percebemos a importância que tem as ações de políticas públicas promovidas para o seu desenvolvimento e o empoderamento dos envolvidos quando a participação coletiva se faz presente.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de implantação das Casas de ECOSOL, de forma representativa das ações do Poder Público promovendo e fomentando a economia solidária, enquanto um instrumento da Política Pública, no Estado da Paraíba.

Nesse contexto, constata-se que o Estado da Paraíba apresenta uma população total de 3.766.528 habitantes, distribuídos entre os 223 municípios paraibanos, dos quais 1.824.379 são homens, estando 474.559 na área rural e

1.349.820 na área urbana. Ainda, há 1.942.149 mulheres, das quais 453.291 estão na área rural e 1.488.588 na área urbana (IBGE 2010).

Escolheu-se inicialmente, dos municípios paraibanos para essa pesquisa, os que fazem parte das possíveis implantações das Casas de Economia Solidária de acordo com as Políticas Públicas em Economia Solidária em andamento, ou seja, os municípios que estão sendo selecionados para essas Casas serem implantadas, no Estado da Paraíba.

Partindo destes objetivos, questiona-se: de que forma a implantação desses equipamentos públicos, por meio de suas Políticas Públicas em Economia Solidária (PPES), pode contribuir para a formação, desenvolvimento, reconhecimento local e, conseqüentemente, melhoria de renda dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)?

Neste sentido, procura-se responder o objetivo da pesquisa, da seguinte forma:

- Traçar um breve histórico da economia solidária, no Brasil e de seus desdobramentos;
- Referenciar as principais PPES e as que estão em curso no estado da Paraíba, em especial, as relacionadas às Casas de ECOSOL;
- Identificar quais objetivos da implantação das Casas e quais municípios estão sendo selecionados;
- Analisar como o processo de implantação das Casas estão ocorrendo nos municípios selecionados.

Discutindo-se a temática desta pesquisa, está dividido em 4 capítulos. O capítulo 1 trata da Introdução, composta pela contextualização do tema, seus objetivos, justificativa e nota metodológica.

O capítulo 2 apresenta o referencial teórico dividido em duas partes. A primeira apresenta um breve histórico da Economia Solidária e seus desdobramentos, principalmente no Brasil. A segunda parte explora uma contextualização em: Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES); Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES); Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES); I, II e III Conferências Nacional de Economia Solidária (CONAES); Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); e, Plano Nacional de Economia Solidária.

Contextualizam-se, no capítulo 3, as Políticas Públicas de Economia Solidária, no estado da Paraíba, voltadas para Casas de Economia Solidária, por meio do Projeto de Ações Integradas. A estratégia para implantação de Casas de Economia

Solidária é analisada em seu processo, sua constituição e suas formações. Aborda-se como se dá a organização e gestão destas Casas, no âmbito do Estado da Paraíba, bem como se reconhece um potencial instrumento para as políticas públicas serem desenvolvidas dentro dos princípios da Economia Solidária, além da descrição dos municípios paraibanos onde possivelmente serão implantadas.

Encontram-se no capítulo 4 as considerações finais do nosso trabalho, com discussão dos pontos principais, ainda que seja difícil haver encerramento ou perspectiva conclusiva a respeito do tema, por se tratar de uma implantação de uma política pública, com dinâmicas próprias e variáveis que estão sujeitas ao processo coletivo de quaisquer políticas públicas participativas em construção.

Por fim, contribui-se, ainda que de forma indireta, no processo dinâmico e construtivo para as PPES através de suas lutas, conquistas, empoderamento dos empreendimentos econômicos solidários, perpassando pelas Casas de Economia Solidária, e, na busca de diálogos com os movimentos solidários participativos.

1.1. Nota Metodológica

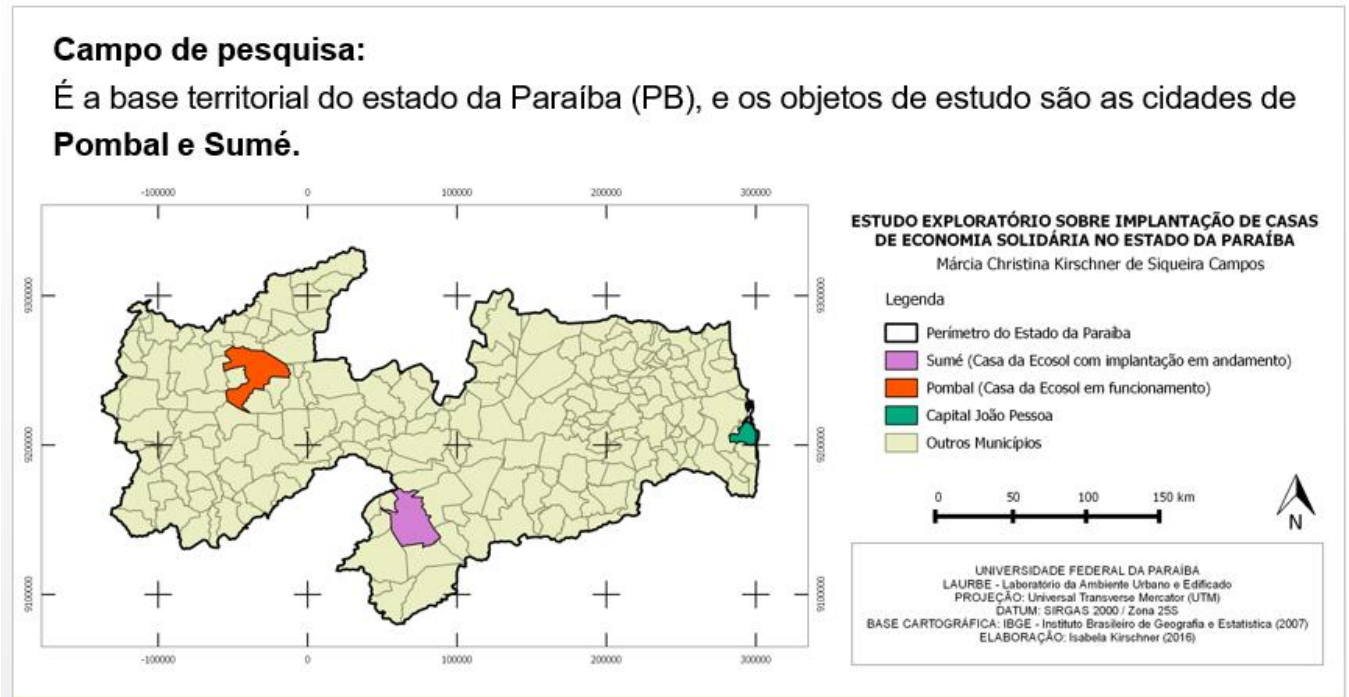
Os procedimentos metodológicos considerados foram delineados, ao estudo exploratório, por pesquisas documentais e pesquisas bibliográficas.

Ambas as pesquisas nos deram os embasamentos teóricos, históricos e científico, tendo sido as consultas de pesquisas bibliográficas provenientes de artigos científicos, monografias, dissertações, livros, revistas eletrônicas, periódicos, entre outros. Ainda, por mecanismos de pesquisas documental, de veiculação via *Internet*, através de sites oficiais, de bancos de dados. Houve predominância da natureza documental por meio da legislação, ata e relatórios técnicos do Projeto de Ações Integradas.

Foram realizadas consultas nos sites do Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente modificado para Ministério do Trabalho e Previdência Social, bem como em Portais diversos do Governo do Estado da Paraíba e do Projeto de Ações Integradas, entre outros.

O campo de pesquisa é na base territorial do estado da Paraíba (PB) e os objetos de estudo são as cidades de Pombal e Sumé, demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1. Campo de pesquisa



Fonte: Elaborada por Isabela Kirschner 2016

Em Pombal, há uma Casa de ECOSOL implantada. Em Sumé, existe uma em processo de implantação, ambas decorrentes do Projeto de Ações Integradas. Há, ainda, uma terceira Casa a ser implementada, em processo de discussão e, quanto à cidade escolhida, inicialmente pensou-se em Guarabira, depois Areia, mas, provavelmente, deverá ser implantada na cidade de Soledade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de fundamentar o presente trabalho, este capítulo foi dividido em duas partes. Apresenta-se, na primeira parte, a Economia Solidária, com uma breve discussão da sua origem histórica e breve contexto de sua trajetória no Brasil, além de discorrer sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Paul Singer, renomado autor e militante do campo de Economia Solidária, é uma importante referência em quaisquer estudos para compreensão de suas bases teóricas e seus principais alicerces, inclusive para o presente trabalho.

Na segunda parte deste capítulo, são tratadas as Políticas Públicas em Economia Solidária, com uma breve contextualização desta. Em seguida, discorre-se brevemente acerca da Secretária Nacional de Economia Solidária, do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, das Conferências Nacional de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e do Plano Nacional de Economia Solidária.

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1.1. Origens Históricas da Economia Solidária

Nascida pouco depois do capitalismo industrial, a economia solidária surge decorrente da pobreza provocada aos artesãos devido à difusão das máquinas e organização fabril da produção, tendo a Grã-Bretanha como pátria da Revolução Industrial, seguida com a expulsão maciça dos camponeses dos domínios senhoriais (SINGER, 2002).

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (SINGER, 2002, p 24).

Nesse contexto, houve quem iniciasse leis para a proteção dos trabalhadores, com limitação de jornadas diárias e proibição de trabalho de crianças. Dentre os defensores, um proprietário de um complexo industrial têxtil, chamado Robert Owen, preocupou-se em erguer escolas para as crianças. Motivou, assim, seus assalariados

a produzirem mais e, conseqüentemente, lucrar mais, apesar dos gastos decorrentes das medidas adotadas.

Devido à depressão econômica da Grã-Bretanha, pós-guerras decorrentes da Revolução Francesa, propostas foram apresentadas por Owen. Uma delas, em 1817, fazia referência aos fundos de sustento dos pobres para que fossem investidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, para assim produzirem a própria subsistência com o seu trabalho na terra e nas indústrias, segundo nos relata Singer (2002).

Todavia, na segunda metade do século XIX, o governo britânico radicalizou a proposta de Owen, negando a implementação. Owen, então, resolve partir rumo aos Estados Unidos na tentativa de se estabelecer, embora não tenha dado certo e ensejou seu retorno em 1929.

Durante este período de ausência, houve quem levasse adiante seus planos, formando sociedades cooperativas e, ainda, o aparecimento de sindicatos, que logo depois foram proibidos de se organizarem em afronta à livre concorrência, embasada na legislação do Combination Acts. Estes, dirigidos contra os sindicatos, tinha “intenção de simplificar e acelerar o procedimento penal por julgamento sumário”, afirma Cannon (2002). A revogação em 1824 favoreceu a formação de novos sindicatos e novas cooperativas.

Em 1829, John Doherty consegue organizar um sindicato nacional com os fiandeiros de algodão irlandeses. E, lutando pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, fundou em 1833-1834 possivelmente a primeira central sindical do mundo, o Grand Nacional Consolidated Trades Union, Singer (2002).

Todos os movimentos sociais, todos os progressos sociais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen [...] Ele presidiu o primeiro congresso em que trade unions (sindicatos) de toda a Inglaterra se uniram em uma única grande central sindical. (SINGER 2002 apud ENGELS, 1824, p. 324).

Assim, cooperativas se criavam ligadas à luta de classes e eram conduzidas pelos sindicatos mais radicalizados, uma vez que não se limitavam a reivindicar melhorias salariais e de trabalho, e sim buscar a substituição pela autogestão.

Conforme Singer (2002, apud Cole, 1944, p 24), “muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [...] eram desta

espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego [...]”.

De acordo com Singer (2002, p. 30-31), Owen tinha rejeição pelo comércio que visava ao lucro, quando em sentido parasitário, de conformidade com tantos outros socialistas da época. Houve a criação de bazares ou bolsas, pelas sociedades owenistas, polarizando e viabilizando economicamente assim boa parte da produção destas cooperativas operárias. Deu, ainda, grande impulso à criação desse mercado com moeda própria no “clube de troca”. Não sendo de forma estrita um escambo, devido às moedas próprias que eram notas de trabalho e referenciadas com as unidades de horas trabalhadas.

Isto significava, com efeito, o mesmo que aceitar a avaliação de mercado dos diferentes graus e espécies de trabalho tornando as notas de trabalho meras traduções em tempo de trabalho das quantias de dinheiro determinadas ordinariamente pelo comércio (SINGER 2002, apud COLE, 1944, p.31).

Neste contexto, Singer (2002, p. 31) discorda de Cole em sua segunda parte, quando afirma que Max chamava de “grau de complexidade do trabalho” como gerador a ser calculado pela escala salarial do mercado de trabalho, aceitando-se que, quando um trabalho era pago de forma pior, gerava valor menor que outro mais bem pago. Não significava, com isso, equivalência dos preços em tempo de trabalho aos do comércio ordinário.

Entre os anos de 1833 a 1834, houve muitos acontecimentos de lutas pelos trabalhadores, dos sindicatos contra os capitalistas, com as cooperativas operárias utilizadas para a disputa do mercado.

Ainda nos relata o autor que “[...] o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa [...]” (SINGER 2002, p 33).

Ainda em 1833, foi aprovado o Factory Act, que estabeleceu uma legislação protetora ao trabalhador de fábrica, apesar de frustrá-los recusando a jornada de 10h ao trabalhador.

Segundo Singer (2002), Cole relata desdobramentos deste período:

[...] greves e lock-outs logo se multiplicaram em outras partes do país e os recursos da União estavam longe de poder manter os excluídos. A detenção e condenação dos trabalhadores de Dorchester, em março de 1834, foi mais um golpe, pois ameaçava os sindicatos em todos os lugares com penalidades legais somadas as hostilidades dos empregadores. [...] os sindicalistas em

muitas áreas começaram a perder o ânimo. Owen e seus discípulos puseram-se à frente da demanda pela libertação dos trabalhadores de Dorchester e entraram na GUNM em bloco, na esperança de salvar a situação. [...] O Sindicato dos trabalhadores em Construção também estava ruindo face a repetidos ataques [...]. E uma após outra, as associações de ofício foram deixando o sindicato. [...] O Sindicato dos Oleiros, que montou uma olaria cooperativa em junho de 1834, teve que abandoná-la seis meses depois. A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória (SINGER, 2002, apud COLE, 1944, p 34-35).

“Cooperativismo revolucionário” é como Singer (2002, p.35) descreve que seria justo esta fase ser chamada. É a origem histórica da economia solidária e tornada evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo, sendo Owen o sintetizador de pensamento e ação desta fase, inspirando aos seus sucessores.”

“A Economia Solidária é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, tornando o solidário, sustentável”, afirma Singer (2002), construído coletivamente e desenvolvido para pessoas sendo sustentável, com inclusão social e cidadania.

Conceitualmente, tem seus fundamentos baseados nos princípios em que são valorizadas as formas de produção de bens, a organização do trabalho e a circulação desta riqueza, estando em contraponto ao sistema capitalista dominante, ainda que inserido nele de forma autogestionária.

2.1.2. Economia Solidária no Brasil: breve contexto histórico

Ao longo da nossa história, mesmo que anteriormente não fosse denominado de Economia Solidária, já existia o processo contínuo de trabalhadores (as) contra a lógica cruel do capitalismo predominante.

No começo do século XX, os emigrantes europeus trouxeram o cooperativismo, principalmente nas formas de cooperativas de consumo (nas cidades) e agrícolas (no campo). As primeiras, geralmente trazidas por empresas, servindo como proteção aos trabalhadores pelos rigores da carestia e as cooperativas agrícolas pela própria expansão, transformando-se, algumas delas, em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais, mas nenhuma delas autogestionárias, conforme nos relata Singer (2002, p.122).

Na década dos anos 80, devido à desindustrialização no país e a crise social instalada, em um cenário de desemprego em massa e acentuada exclusão social,

revive no Brasil a economia solidária. Assume, assim, diversas formas de cooperativa ou associação produtiva, mas sempre autogestionária e, conforme expõe Carneiro (2012, p. 14), “em sua maioria com matizes ideológicos mais do campo da esquerda fundamentados por ações tendendo à crítica e contestação ao padrão de produção capitalista”.

Em entrevista dada por Singer a Guimarães e Quental (2014) o mesmo relata que no cenário da crise do alto preço do petróleo nos anos 70, em um contexto de enorme endividamento brasileiro e do desemprego atingindo milhões de brasileiros, surge o movimento, embora sem nome ainda.

A Igreja, por meio da Cáritas, inicia o processo de organizar os desempregados para o trabalho, para que pudessem voltar a viver e terem ganhos, diante de uma crise financeira tão grande.

Posteriormente, por meio do sociólogo e ativista social Betinho (Herbert José de Sousa), com a campanha “Natal sem Fome”, houve a mobilização de milhões de pessoas, tendo sido muito apoiada pela Igreja. Perceberam a necessidade de fazerem algo contra o desemprego e de se reunirem para fomentar a futura economia solidária. Incentivaram a autoiniciativa econômica de trabalhos associados, bem como para a criação de incubadoras e cooperativas populares. Diz Singer, na entrevista, que “a primeira cooperativa popular que surgiu foi no Rio de Janeiro” e “crê ter sido por volta de 1994, no Complexo da Maré”.

Um movimento social popular, que busca lutar pela mudança da sociedade, de ser uma forma diferente de desenvolvimento com mais valores de solidariedade e sustentabilidade, em que as pessoas de forma democrática, cooperativa e preservando o ambiente valorizam os direitos humanos, a cidadania e as políticas públicas, buscando construir modelos através da ES para a inclusão social, conforme nos explica Singer (2002).

A economia solidária tem como avanço inicial a junção de dois movimentos específicos, conforme nos relata Porchmann (2004, p. 23-24). Um deles deve-se ao começo de uma demasiada mão-de-obra, uma força de trabalho mais qualificada, não vindo do meio rural e sem vícios de outras disciplinas de trabalho sistêmico. O outro movimento, por sua vez, trata-se de um conjunto de militantes sociais críticos em processo de outras opções de construções da organização social e do trabalho brasileiro.

Portanto, surge a Economia Solidária (ES) como um movimento contrário às explorações sociais e econômicas, com pessoas unidas em busca de meios para contrapor o desemprego e melhores condições de vida.

Nesse sentido, Singer define a ES como:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...]. (SINGER, 2002, p. 10).

Dessa forma, significando uma forma diferente de produção, venda, compra e troca do que se é necessário para se viver, diferencia-se a economia solidária da economia tradicional capitalista, uma vez que os trabalhadores também são os donos, que tomam decisões próprias dividindo o trabalho e repartindo os resultados.

Apresenta, também, empreendimentos de diversos segmentos e organizados de forma coletiva, tanto no campo quanto na cidade. A exemplo: associações/grupos de produtores; empresas recuperadas que os trabalhadores assumiram; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; clubes de trocas; cooperativas: de crédito, de agricultura familiar, de coleta e reciclagem de resíduos sólidos: entre outras.

Fundamenta-se a economia solidária em princípios que, segundo Carneiro (2012):

[...]valorizam formas de produção de bens, organização do trabalho e circulação da riqueza que sejam distintas da racionalidade capitalista. Para isto se baseia na adoção de princípios que por um lado identificam as particularidades dessas práticas, e por outro, as diferencia das empresas convencionais capitalistas (CARNEIRO 2012, p. 22).

A seguir alguns dos princípios que são importantes para a ES, conforme a FBES:

1. Cooperação: todos devem trabalhar colaborativamente, em prol do interesse e objetivo comum, unindo esforços, capacidades, propriedades coletivas e partilhando os resultados de forma justa;
2. Autogestão: as decisões são tomadas coletivamente, todos têm voz e voto, não devendo haver nenhum tipo de privilégios e os empreendedores devem ser os verdadeiros protagonistas das ações.

3. Ação Econômica: de forma justa dentro dos princípios da ES, formam-se iniciativas com motivação econômica como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. Solidariedade: na distribuição justa dos resultados alcançados; na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos; nas relações com a comunidade; na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a economia solidária pode ser definida em três dimensões: econômica, cultural e política. A primeira dimensão traduz-se nas formas das atividades econômicas de produção, oferta de serviços, comercialização, entre outras baseada na democracia e cooperação, inexistência da figura patrão/empregado

Na dimensão cultural temos as construções de como estar no mundo e em consumir produtos locais, saudáveis, não afetando o meio em que vivemos e sem transgênicos, mudando paradigmas de competições, valorização da coletividade livre e partilhada.

A dimensão política, por sua vez, abrange um movimento social em que haja uma luta de desenvolvimento para que a sociedade não seja baseada nas grandes empresas, nos grandes latifúndios de proprietários e acionistas, mas sim na participação das pessoas construindo este desenvolvimento com valores, nos pilares da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Segundo a FBES, as categorias que desenvolvem a ES no Brasil estão nos seguintes grupos:

- Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) - são organizações coletivas e suprafamiliares com trabalhadores urbanos ou rurais, que exercem gestão democrática na atividade e distribuição dos resultados, focados nas atividades econômicas, seja permanente ou com este objetivo durante o processo de implantação. Ex: cooperativas, associações, grupos informais.
- Entidades de Apoio e Fomento (EAF) - são organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto (capacitação, assessoria, incubação, acesso a mercados, assistência técnica e organizativa) junto aos EES, sem transferir recursos de forma direta aos EES ou aos seus sócios. Exemplo: Organizações da Sociedade Civil (OSC); Organizações não

Governamentais (ONGs); e, Incubadoras Universitárias de cooperativas populares e empreendimentos solidários.

- Organizações de Representação e Governos (federal, estadual e municipal). Na esfera federal, a SENAES viabiliza e coordena as atividades de apoio a ES, presente também nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE). Nos governos estaduais e municipais, há diversas secretarias, nem sempre de ES, mas relacionadas ao trabalho, geração de renda, assistência social, entre outros.
- Movimentos sociais e organizações representando os EES e/ou mobilização dos participantes da ES bem como na defesa dos seus interesses junto ao Estado e à sociedade. De exemplo, temos a FBES e União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), esta última composta pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) / União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICAFES) / Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Além de: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL); Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL); entre outras.

Segundo Carneiro (2012, p. 73), pressupõe-se que a diversidade destes atores junto aos entendimentos diferenciados de ES, das tradições e projetos políticos abrem discussões com reflexo nas políticas públicas para a economia solidária, com influências econômicas e de fatores sociopolíticos dentro deste campo de atores (Figura 1).

Além disso, estudos ressaltam a ação econômica e/ou a ação política destes diferentes atores e EES, suas experiências serem crescentes levando a criação de mecanismos e instituições promotoras de articulações e representação econômica e política, constituindo “a célula propulsora básica da economia solidária” (CARNEIRO, 2012, p. 73 apud GAIGER 2009).

Figura 2: Atores da Economia Solidária no Brasil.



Fonte: Atlas da Economia Solidária no

Conforme figura acima, tem-se os atores que fazem parte da ES. Carneiro (2012) afirma que:

[...] a diversidade desses atores, conjugada com os diferentes entendimentos da economia solidária, suas diferentes tradições e projetos políticos dão ao atual cenário um campo aberto de discussão que refletirá nas políticas públicas criadas para a promoção da economia solidária (CARNEIRO. 2012, p.73).

2.1.3. Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Sobre a breve conjuntura dos acontecimentos de como surgiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), observou-se interesses e articulações necessárias manifestadas - nacional e internacionalmente - no 1º Fórum Social Mundial (FSM), propiciando a composição do Grupo de Trabalho em ES, chamado de GT-Brasileiro, do qual estavam presentes as redes e as organizações associativas

diversificadas do segmento popular solidário (rural, urbano, igrejas, universidades, bases sindicais, entre outros).

De acordo com o FBES, entre as doze entidades que fizeram parte do GT-Brasileiro, temos: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); entre outras. Além de alguns gestores públicos que futuramente instituiriam a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Buscava-se a unidade diversificada que favorecesse a construção da identidade do campo de ES, investindo na divulgação, caracterização e articulação de dimensão nacional. Foi proposta, assim, a constituição de um fórum nacional. Foram decisivas, neste processo, as Plenárias e a elaboração dos Princípios da ECOSOL, ampliando e caracterizando seu campo de ações, para enraizar-se através de empreendimentos de ES e empresas de autogestão a nível nacional.

Neste processo - das diversas oficinas que promoviam debates e reflexões - 1.500 participantes buscavam a que tratava de “Economia Popular Solidária e Autogestão”, em que se abordavam temas diversos tais como: da auto-organização dos/as trabalhadores/as; das políticas públicas; e, das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

Após as eleições presidenciais em 2002, vencidas na época pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o GT-Brasileiro preparou uma Carta cujo título era “Economia Solidária como Estratégia Política para o Desenvolvimento”, na qual apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária, além de reivindicar a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária. Ainda de conformidade com o FBES. Nos dias 09 e 10/12/2002, em São Paulo - SP aconteceu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a participação de 200 atores diversos, quando aprovaram e deram encaminhamento desta Carta ao futuro Governo Lula.

Durante o Fórum Social Mundial, que ocorreu na cidade de Porto Alegre – RS em janeiro de 2003, se deu a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, presidida pelo Professor Paul Singer. Nesta plenária foi publicado e distribuído o livro “Do Fórum

Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” aos 800 participantes. Definiram, no ato, agendas de mobilização de debates e sensibilizações, além da legitimação do GT-Brasileiro como promotor deste processo.

A III Plenária Brasileira de Economia Solidária, por seu turno, aconteceu em junho/2003, com 900 participantes, quando foi definitivamente criada a denominação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), posteriormente a criação do seu logotipo, conforme figura 2 abaixo.

Figura 3. Logotipo FBES



Teve, pois, a incumbência de articulações e mobilizações em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas neste evento, bem como a definição de composição e funcionamento do FBES e as interlocuções com a recente criação da Secretária Nacional de Economia Solidária.

Também desencadeou a demanda de criação de fóruns estaduais e regionais e, posteriormente a este processo, a realização do 1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em agosto de 2004, contando com 2.500 participantes.

Fruto do 1º FSM e representando os sujeitos coletivos, o FBES está organizado nacionalmente em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais. Envolve diretamente mais de 3.000 EES, 500 entidades de assessoria, 12 governos

estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Ainda de acordo com o FBES, quanto à organização e funcionamento, são integrados por:

- ✓ Empreendimentos da Economia Solidária (EES): organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, redes, grupos produtivos, entre outras.
- ✓ Entidades de Assessoria e/ou Fomento: organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos EES tais como: capacitação; assessoria; incubação; pesquisa; acompanhamento; fomento à crédito; assistência técnica e organizativa.
- ✓ Gestores Públicos: aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

Em 2008, na IV Plenária, a articulação e representação nacional se deram por meio da Coordenação Nacional, composta por 16 entidades e redes nacionais, além de 3 representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), em que 2 são trabalhadoras/es de EES e 1 é de entidade ou da rede de gestores.

São nestes espaços que acontecem as deliberações do FBES, as diretrizes para que possam orientar as Coordenações Nacional e Executiva. Observa-se, ainda, que a Coordenação Nacional reorienta as ações da Coordenação Executiva, bem como se constitui como a última instância nas deliberações das decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES.

A Coordenação Nacional, em sua composição, tem representações de entidades nacionais (até 12 representantes), fóruns estaduais (3 por estado, sendo 02 EES e 1 entidade de apoio local) e da rede de gestores (2 por região e 2 nacionais).

São 13 os representantes da Coordenação Executiva Nacional, sendo: 7 de EES (2 do N/ 2 do Ne/ 1 do S/ 1 do SD/1 do CO); 5 representantes das Entidades e Redes nacionais e 1 representante da Rede de Gestores de PPES. Também traz a função de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.2.1. Breve contexto de Políticas Públicas em Economia Solidária

A economia solidária não se reporta apenas às ações voltadas para geração de trabalho e renda pelos empreendimentos

Assim, em conformidade com a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), a economia solidária deve estar relacionada a estratégias desenvolvimentistas combatendo as desigualdades regionais e respeitando as diferenças culturais, fortalecendo assim o Estado e as diretrizes da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, na perspectiva autogestionária dos princípios da Economia Solidária. Nesse sentido, pondera-se a seguir:

[...] produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (Anais 1ª CONAES/2006, p. 57).

A concretização das Conferências Nacionais de Economia Solidária teve seu papel de importância com relação ao amadurecimento das formas de entendimento, ao definir o que é política pública de economia solidária, conforme nos relata Carneiro (2014, p. 235). Expõe o autor que partindo deste processo de maturidade considera-se interessante a relação da economia solidária com as políticas públicas, no ponto de vista do movimento sociopolítico refletindo-se na construção coletiva da economia solidária enquanto política pública, bem como a sinalização da construção da política levando em consideração as demandas destes atores com visão própria de seus direitos (CARNEIRO, 2014, p 235)

Pochmann (2004), após estudos divulgado em nota técnica, relatava que:

[...] economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil (POCHMANN 2004, p 32)

Constituem-se, pois, como um processo de conquista social, quando falamos de Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES). São esforços articulados através de ações, projetos ou programas, que dependem tanto dos órgãos governamentais da administração (direta ou indireta) das três esferas, quanto da organização política dos que fazem a Economia Solidária. Apresentam-se como atores dos movimentos da sociedade civil de forma democrática, econômica e política objetivando o fortalecimento da economia solidária.

Neste sentido, segundo Praxedes (2009), podemos observar que:

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersetorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social (PRAXEDES 2009, p.59).

São políticas institucionalizadas por meio de instrumentos previstos nos marcos jurídicos (leis, decreto, portaria), nas previsões de programas ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal) e nas estruturas regimentais de órgão (s) público (s) executor (es) da PPES.

Segundo Schwengber (2006, p. 295), “o espaço institucional de política de fomento à ES é uma construção e deve levar em conta as realidades distintas de cada município ou Estado”.

Conforme aduz Costa e Nishimura (2010, p. 120), “cabe a política pública de Economia Solidária a instituição de instrumentos efetivos que deem conta das diferentes dimensões que envolvem a economia solidária”.

De acordo com Carneiro (2012), “as políticas de economia solidária são sensíveis à atuação de atores e, estas políticas, corresponderão em seu desenho e natureza aos distintos objetivos, interesses e valores dos atores envolvidos em sua construção”. Expõe ainda que “partimos da ideia de que as políticas públicas são “traduções” das crenças e valores dos principais envolvidos com ela (CARNEIRO, 2012, p. 16 apud SABATIER, 1993).

Percebe-se, nos argumentos de Carneiro (2012, p. 234), que a partir do que foi visto nas CONAES, apresentaram-se considerações por demandas próprias e a visão de sujeitos de direitos na sinalização da construção dessas políticas. Assim, continua Carneiro (2012, p. 234) expondo que estas “discussões caminham para o

entendimento de que a economia solidária necessita de instrumentos próprios, tanto institucionais, quanto legais”.

Ainda, de acordo com a CONAES (2006, p. 15), em seu texto introdutório, as políticas de economia solidária, dentre outros objetivos, devem:

- ✓ Garantir aos cidadãos uma vida digna;
- ✓ Promover o acesso dos EES a fundos públicos, crédito, formação, entre outros meios de produção e a tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento;
- ✓ Reduzir as desigualdades regionais promovendo o desenvolvimento sustentável;
- ✓ Promover práticas ambientalmente sustentáveis;
- ✓ Promover a integração, interação e intersectorialidade das políticas de economia solidária.

Assim, de acordo com Costa e Nishimura (2010, p 120 apud França Filho, 2006), as PPES possuem 5 características importantes para sua formatação:

1. Articulações intragovernamentais;
2. Articulações com a rede prestadora de serviços, organizações e movimentos;
3. Ação propositiva de processos de organização e desenvolvimento;
4. Ação de estratégia coletiva;
5. Dimensão territorial.

De acordo com Schwengber (2006, p. 293), afirmações de políticas públicas de promoção a ES tornam-se componentes do organismo “de um Estado Republicano e Democrático”, devido ao reconhecimento destes “novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social”.

O papel do Estado frente a ES, consoante Schwengber (2006, p. 293), é o de impulsioná-la por meio de políticas públicas dispondo de ferramentas e estruturas adequadas para o reconhecimento e o fomento deste setor. Expõe ainda que “as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor” (SCHWENGBER, 2006, p. 294).

Em referência à concepção de política de economia solidária, de acordo com Carneiro (2012, p.110), destaca-se a Resolução 47, a seguir:

Resolução 47. A Economia Solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. Também não deve ser confundida com as ações de responsabilidade social das empresas capitalistas. As políticas de apoio à Economia Solidária não podem reproduzir esta visão, pois, desta forma, impossibilitam a necessária ruptura com a reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência, além de preservar as relações de subordinação e dependência que marcam as relações sociais no capitalismo (Resolução 47. I CONAES).

Observa-se que esta resolução nos dá uma particularidade da política de ES ao enfatizar que a “economia solidária pode ser mais do que uma ação dentro de uma política”. Percebe-se ainda que, mesmo com outros objetivos, “suas ações não podem ser residuais, subordinadas ou compensatórias” (CARNEIRO, 2012, p. 110).

Ao mesmo tempo verifica-se que as Conferências foram “passos importantes para o amadurecimento dos entendimentos sobre o que se define por política pública de economia solidária” (CARNEIRO, 2012).

2.2.2. Secretária Nacional de Economia Solidária

Em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, posteriormente revogado pelo Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências.

A SENAES objetiva viabilizar e coordenar as ações em apoio à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento sustentável, justo e solidário. Decorre como parte da história de mobilização e articulação de ES existentes no território nacional, contribuindo para constituir e fortalecer espaços e instrumentos, que possam tornar dinâmico a comercialização de produtos e serviços de ES bem como suas redes. Apoiar feiras, centrais de comercialização, bem como outros espaços que possam favorecer o Comércio Justo e Solidário. Presentes através da cooperação, justiça, transparência e solidariedade, além da sustentabilidade. Pode ser sintetizado na seguinte figura. 3

FIGURA 4. Triângulo da sustentabilidade



Fonte: Redes Sociais

Desenvolve também, a SENAES, ações de formação e qualificação de educadores e gestores públicos atuantes na ES. Apoia projetos de finanças solidárias e estimulando, através do debate, na criação de linhas de créditos e microcréditos com os bancos e entidades de crédito, aos segmentos específicos de ECOSOL priorizando-se os bancos comunitários e os fundos rotativos solidários. Estimula, também, o desenvolvimento local ao fazer empréstimos, os quais são mais flexíveis os prazos e o reembolso, de acordo com a realidade socioeconômica destas famílias, sendo acompanhados pelos agentes de desenvolvimento local.

Conta ainda com ações de fomento as empresas recuperadas com formações e assistência técnica, além de buscarem linhas de créditos especiais. Principalmente, desde 2003, tem-se apoiado as incubadoras universitárias de cooperativas, em parceria com Ministérios e outros órgãos públicos, recentemente apoiando governos locais e instituições da sociedade civil.

Outra importante ação trata-se do Sistema de Informações em Economia Solidária, iniciada em 2003, juntamente com o FBES. Ambos recém-criados, em conjunto assumiram realizar um mapeamento da ECOSOL no Brasil. Objetivam

visibilizar e poder articular com os milhares de empreendimentos existentes, econômicos, coletivos e autogestionárias oferecendo subsídios às políticas públicas.

O mapeamento apresenta, desta forma, o conhecimento de uma parcela do trabalho que, oficialmente, não eram detectadas nas pesquisas brasileiras até então.

As ações da SENAES são executadas por meio de transferências de recursos públicos aos Estados, Municípios, universidades entre outros que apresentem projetos apoiadores e fomentadores dos EES, cujos instrumentos são convênios, termos de parcerias, termos de fomento, entre outros. É vedado aos EES serem diretamente financiados pela SENAES.

Após 13 anos de existência a SENAES, de acordo com o Diário Oficial da União (DOU) Nº 212, de 04/11/2016, deixou de ser uma Secretária e passou a ser uma Subsecretaria do Ministério do Trabalho.

2.2.3. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Através da Portaria nº 30, de 20/03/2006, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego instituiu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com a finalidade de identificação e registro de informações de EES e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil.

O SIES é uma iniciativa pioneira na identificação e na caracterização destes empreendimentos e entidades, através da SENAES e do FBES iniciado em 2003, para a constituição desta base de informações em ES. Tem como resultado o mapeamento começado em 2004, conforme Programa de ES em Desenvolvimento da SENAES, consistindo em importante banco de dados dos EES em todo o território brasileiro.

Dessa forma, fortalece e integra os EES, com a visibilidade e organização - subsidiando os processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas - bem como os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco legal.

Dentre suas diretrizes, estão: a participação dos empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos, mapeamento da ES, abertura a todas às organizações, mas com a exigência de conhecimento e experiência na coleta de dados, confiabilidade das informações de todo o processo.

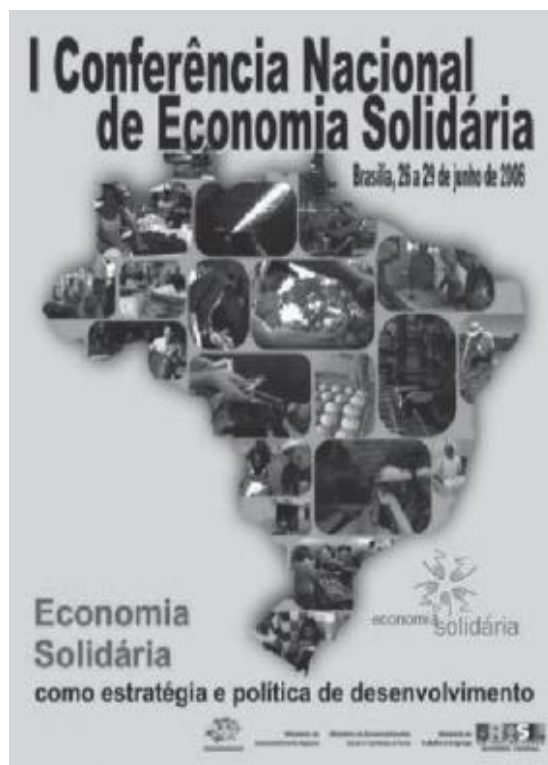
O SIES oferece subsídios para programas e projetos através das mais variáveis informações sobre os segmentos econômicos e EES, tais como: participarem das

Feiras de ES; processos seletivos de comunidades para atuação em Programas de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária; campanhas nacionais de ES; estudos e mobilizações para as conferências de ES; entre muitas outras.

2.2.4. Conferência Nacional de Economia Solidária

As Conferências Públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas. Neste processo de construção participativa de uma política nacional de economia solidária, foram realizadas três Conferências Públicas Nacional de Economia Solidária (CONAES), de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego. A seguir, apresentamos um relato conciso.

Figura 5. I CONAES



Fonte: MTE

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) aconteceu em Brasília/DF, convocada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego em conjunto com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de 26 a 29 de junho de 2006, com o título de “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”.

Contou com 1.352 participantes, precedida por 159 conferências territoriais e 27 conferências estaduais com um total de 16.976 participantes nestas primeiras etapas (MTE/ANAIS-CONAES, 2006).

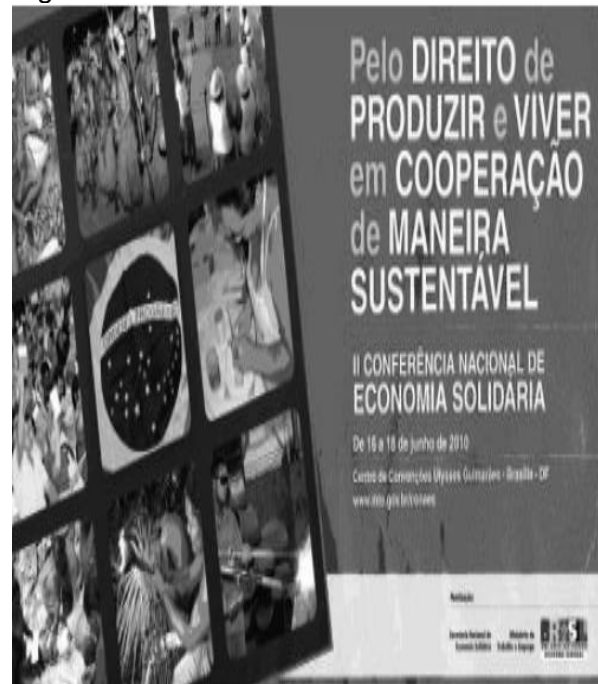
Na oportunidade, foram aprovadas prioridades significativas para as políticas públicas de ES em diversas áreas de intervenção, tais como: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras. Houve ainda discussão sobre a necessidade de uma Lei Orgânica e de um Sistema de Políticas Públicas de economia solidária, para ampliação do espaço institucional da política no Governo Federal. Deixou, pois, substancialmente, um legado para os avanços e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Nesta conferência também se discutiu as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Assim, em 2007, o CNES procurou transformar as resoluções da Conferência, através das ações e iniciativas do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, para o Plano Plurianual (2008-2011) do Governo Federal.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária foi convocada pelo CNES e realizada em Brasília/DF, nos dias 16 a 18/06/2010, e com a participação de 1.613 pessoas. O tema consistiu em: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Precedida por: 187 Conferências Territoriais, 27 Conferências Estaduais e 05 Conferências Temáticas. A II CONAES obteve a totalização de 20.459 participantes

Figura. 6. II CONAES



Fonte: MTE

A Conferência objetivava a realização de um balanço dos avanços, limites e desafios da ES e das políticas públicas e visava avançar em seu reconhecimento de direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

Segundo o MTE, descreve que a II CONAES, em 2010, se realizou em um período de expansão e fortalecimento dessas práticas com ações de organização da produção, serviços, comércio justo, entre outras. Também estavam presentes as iniciativas governamentais nas três esferas criando legislações e implantação de conselhos de gestão, embora ainda limitados e abaixo da real necessidade.

Pretende-se, através da II CONAES, avançar na institucionalização e ampliação das PPES e na criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) para a articulação entre os atores governamentais (nas três esferas) e da sociedade civil. Dialoga com a ES para intersectorializar e integrar com o desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, foi lançado no Congresso Nacional na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei nº 4.685/2012, que continua em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que dispõe sobre as PPES e SIES em consonância com as resoluções da Conferência.

Figura 7. III CONAES



Decorridos quatro anos da II CONAES, através da Resolução nº 05 de 19/06/13, convocou-se a III CONAES para os dias 27 a 30/11/2014, em Brasília/DF, que apresentou o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. A III CONAES teve a participação de mais de 1.600 pessoas e foi precedida por: 207 Conferências Territoriais e Municipais, 26 Conferências Estaduais e 05 Conferências Temáticas, totalizando 21.825 pessoas.

Fonte: MTE

Conforme o MTE e, dando prosseguimento ao roteiro das I e II CONAES, respectivamente, a primeira com o reconhecimento da identidade de ES e a segunda

com a afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado, a III CONAES vai se concretizando com a proposição de planos.

A elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária baseou-se nos planos municipais, territoriais e estaduais, sendo um instrumento para guiar as políticas públicas, decorrentes de contextos analisados, com uma visão futura e operacionalidades, com as ações prioritárias, orientando e formulando projetos e ações.

Além disso, o planejamento participativo com a sociedade civil é um dos pontos fortes da ES. A autogestão surge como referência de uma democracia plena entre os(as) trabalhadores(as) dialogando com o Estado e a sociedade civil, a partir dos diversos interesses e na construção das proposições para essas ações.

Conforme defende Carneiro (2014, p. 231), as Conferências são mais do que qualquer outra ferramenta de discussão pública de política a nível nacional, pressupondo “uma mobilização e organização dos principais atores envolvidos com a política no debate dos desafios, avanços e caminhos possíveis a serem seguidos para o fortalecimento e desenvolvimento da política”.

2.2.5. Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

Em 2003, pelo mesmo ato legal que instituiu a SENAES, decisão do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). In integrado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e previsto no inciso XIII do art. 30 da Lei nº 10.683, de 28/05/03, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

De acordo com o Decreto nº 5.811, de 21/06/2006, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do CNES, o artigo 1º preceitua que o CNES “é órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária”, atualmente subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Sua composição, através de amplas negociações, visava garantir a representação efetiva tanto da sociedade civil quanto do Estado, afim de que a interlocução resultasse no aperfeiçoamento constante das PPES. Foi acordada a

representatividade de 56 entidades, divididas conforme o art. 3º do Decreto nº 5.811/2006, com a seguinte composição:

I - Governo Federal, Secretarias Estaduais de Trabalho e órgãos de apoio à economia solidária de governos estaduais e municipais, em número de 19 representantes;

II - Empreendimentos Econômicos Solidários, 20 representantes dos EES; e,

III - Outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais, 17 representantes das entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

Sua estrutura está firmada de acordo com o art. 4, do Decreto nº 5.811/2006, da seguinte forma:

I - Plenário;

II - Comitê Permanente;

III - Secretaria; e

IV - Comitês Temáticos.

Dentre as competências do CNES, conforme art. 2º do referido decreto, destacamos: 1. Estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária; 2. Propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária; 3. Propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária; 4. Examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária; e, 5. Colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; dentre outras.

No CNES, decorrente de reunião nos dias 24 e 25 de julho de 2008, em Brasília, foram deliberadas algumas recomendações, publicadas no Diário Oficial da União (DOU), em 08/08/2008. Destacamos a de “que é necessário ampliar a atuação do Estado por meio de políticas públicas, programas e ações governamentais em todos os níveis da federação para fortalecer a economia solidária em suas diversas formas de organização”, dentre outras conforme o Presidente do Conselho, o Ministro Carlos Lupi, recomenda:

Aos partidos políticos e coligações partidárias que incluam nos planos de governo e nos debates eleitorais compromissos claros e objetivos com a implantação de políticas municipais de apoio a economia solidária (com a criação de fundos específicos e **ações** para **garantir** que os **empreendimentos econômicos e solidários** tenham **acesso** a **fundos**

públicos, assistência técnica, qualificação social e profissional, apoio à comercialização, compras governamentais, mecanismos de participação e controle social). Tais **políticas** devem ser reconhecidas enquanto **estratégias** emancipatórias de **inclusão social e econômica** dos desempregados, trabalhadores informais, pessoas em **situação de vulnerabilidade social, povos e comunidades tradicionais** favorecendo o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo dos municípios brasileiros (DOU, 08/08/2008, grifo nosso).

2.2.6. Plano Nacional de Economia Solidária

Em conformidade com o Termo de Referência da III CONAES (2014), o Plano Nacional de Economia Solidária trata-se de um instrumento de orientação da política pública, estabelecido a partir da análise de contexto e de uma visão de futuro. Define quais objetivos, estratégias, prioridades são necessários para orientação nas formulações de projetos e ações e decorrente da Política Nacional formuladas nas duas conferências nacionais anteriores.

Discorre sobre a compreensão e o teor desta política, em apoio e fortalecimento da ES como meio estratégico de promover o desenvolvimento sustentável e solidário. Aborda, ainda, modelos de gestão articuladas entre governo e organizações da sociedade civil que possam dialogar para a sua execução, expressos através de projetos de lei.

Em uma participação ativa de um planejamento, com a percepção de autogestão, podemos observar um pleno exercício da democracia através do envolvimento consciente destes (as) trabalhadores (as) quando definidos os temas e questões que lhe dizem respeito diretamente.

Assim, o Conselho Nacional de Economia Solidária, para a III CONAES (2014, p.4 e 5), definiu os seguintes eixos de abordagem de integração às políticas públicas:

- ✓ Eixo I - Contextualização do plano: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.
- ✓ Eixo II - Objetivos e estratégias do plano: definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

- ✓ Eixo III - Linhas de ação e diretrizes operacionais do plano: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

Decorrente do somatório destas conferências, surge o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) como instrumento de orientação das políticas públicas.

Observa-se que, segundo o site do MTE, de acordo com a lógica do Plano Nacional, os Estados e Municípios desenvolverão seus próprios planos de ES, considerando:

- a) a especificidade das realidades vividas e do contexto da ES;
- b) os diferentes e contraditórios processos de PPES;
- c) a diversidade de sujeitos envolvidos na ES e de correlação de forças que favorecem o avanço e estabelecem limites para a ES.

Nos últimos anos, principalmente a partir do governo Lula, com as ações de políticas públicas voltadas para a ES, através da SENAES, pode-se observar vários experimentos de programas e de modelos de gestão significativos, conforme relatos da SENAES e dos mapeamentos dos EES ocorridos a partir do importante instrumento que é o SIES, para as políticas públicas.

As três Conferências realizadas formam importantes espaços de diálogos e construções para as demandas e encaminhamentos para a estruturação, disseminação e fortalecimento de políticas públicas em todo o território brasileiro.

Criam-se mecanismos de propostas construtivas através do Plano Nacional de Economia Solidária, com outros desdobramentos de planos nos Estados e Municípios criando raízes. Estrategicamente voltados para projetos e programas de governo em ES, visam à melhoria da população, principalmente aos que estão em vulnerabilidade social e/ou na extrema pobreza.

Reforçando as ações do Governo Federal, por meio da SENAES, através de projetos para a geração de trabalho e renda, foram publicados editais em que os Estados e Municípios foram incentivados a pensar e apresentarem seus projetos para o fortalecimento destas PPES em ações integradas. Neste sentido, o Governo do Estado da Paraíba tem como exemplo o Projeto de Ações Integradas, o qual será discorrido no próximo capítulo.

3. AÇÕES INTEGRADAS

3.1. Projeto Ações Integradas: um olhar sobre o projeto.

Em 2011, o MTE, através da SENAES, lançou o Edital N° 002/2011, para “Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial Visando a Superação da Extrema Pobreza”.

O Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretária de Estado e Desenvolvimento Humano, apresentou sua proposta de Projeto e o mesmo foi classificado conforme publicação do resultado em Brasília, no dia 06/09/2011, assinado por Paul Singer, então secretário da SENAES.

Abrangeu ações divididas em quatro territórios: Zona da Mata; Agreste; Cariri e Sertão. A subdivisão, por território, abrange os seguintes municípios:

- Zona da Mata - João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Conde, Mari, Sapé, Pitimbu, Mamanguape, Cabedelo, Marcação, Araçagi;
- Agreste - Campina Grande, Ingá, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Juarez Távora, Boqueirão e Queimadas;
- Cariri - Monteiro, Sumé, Serra Branca, Boa Vista;
- Sertão – Patos, Pombal, Maturéia, Teixeira, Aparecida, Santa Helena, Sousa, Cajazeiras, Veirópolis, São José do Rio do Peixe.

Conforme a descrição do Projeto acima, temos o seguinte resumo:

[...] busca o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias, a ampliação e a institucionalidade das políticas públicas de apoio e fomento ao trabalho associado, coletivo e autogestionário. Suas ações envolvem o fortalecimento das Redes de Cooperação Econômicas Solidárias, o apoio às iniciativas de finanças solidárias, a expansão dos espaços de comercialização solidários, a realização de atividades sistemáticas de formação e qualificação social e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras que integram esse campo econômico, bem como a promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário com inclusão social. Em 2013, a proposta original foi aditivada para expansão do prazo de vigência e suplementação financeira [...].

Justifica-se o projeto pela alternativa de trabalho e renda que a ES representa aos trabalhadores (as) bem como uma estratégia de desenvolvimento alternativa, includente sustentável e solidária, com ações e política favorecendo à comercialização, financiamento e conhecimentos técnicos para a melhoria destes mecanismos para a produção, comercialização, entre outros.

Seu objetivo geral consiste em:

Apoiar as iniciativas econômicas solidárias e das redes de cooperação solidárias, ampliar as finanças solidárias, os círculos e os espaços de comercialização, promover ações de comercialização solidários e fortalecer a institucionalidade das políticas públicas de apoio e fomento ao trabalho associado, coletivo e autogestionário, visando a promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário com inclusão social (PAIES).

O público beneficiário do projeto está distribuído em quatro regiões de organização do FEES - PB, abrangendo 55 EES, com aproximadamente 1.000 famílias, com pretensões de atingir cerca de 5.000 pessoas indiretamente através de formações, campanhas educativas de comércio justo, participações em diversas atividades (culturais, sociais, educativas, de mobilização), entre outras.

A Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, através do art. 25, esclarece que:

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Esta estratégia de ES foi incorporada como eixo estruturante das políticas de inclusão produtiva, com foco na comunidade para que se desenvolva e se fortaleça essas iniciativas nestes territórios, principalmente nos quais estiverem maiores indicativos de vulnerabilidades sociais.

Fundamenta-se em cinco eixos estruturantes:

1. Fortalecimento das Redes de Cooperação Econômicas Solidárias;
2. Apoio às iniciativas de finanças solidárias, nomeadamente às experiências de Fundos Rotativos Solidários e Bancos Comunitários;
3. Constituição de espaços de comercialização solidários;
4. Realização de atividades sistemáticas de formação e qualificação social e profissional com os trabalhadores que integram os EES;
5. Fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas de ES, através da constituição de Centros Públicos de ECOSOL e Casas de ECOSOL.

Tem-se como parceiro institucional a presença do Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba, que por sua vez apresenta-se organizado em quatro

regiões do Estado, e, segundo dados do SIES, com mais de 700 EES, mapeados no ano de 2007.

O Projeto de “Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial Visando a Superação da Extrema Pobreza” está sintetizado na denominação de Projeto e Ações Integradas (PAIES), e seu respectivo logotipo conforme figura 6 a seguir.

Figura 8. Logotipo do Projeto PAIES



Fonte: Arquivo INCUBES

Este projeto dispõe de um Conselho Gestor, nomeado por portaria da SEDH, que visa à articulação de ações e controle social em sua execução. Formado com a participação de representantes do movimento da ES na sociedade civil, nomeadamente a participação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), dos EES, das incubadoras universitárias, dos movimentos sociais e representantes do governo do estado da Paraíba (PAIES).

Para a efetivação do Projeto o Governo do Estado através da SEDH, firmou contrato de Convênio com a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba - FUNETEC como executor financeiro e a INCUBES como executor formativo para as ações dos objetivos propostos.

O valor total do projeto encontra-se na planilha orçamentária conforme demonstrado no Quadro nº 01 a seguir:

Quadro nº 01 – Planilha Orçamentária – Valor Total do Projeto

Fonte d Recurso	Custeio	Investimento	Valor Total
Repasso MTE	R\$1.502.059,30	R\$ 297.940,70	R\$ 1.800.000,00
Contrapartida	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Total	R\$1.502.059,30	R\$ 497.940,70	R\$ 2.000.000,00

Fonte: Projeto PAIES

Como objeto do nosso estudo, destes cinco eixos, tratamos apenas do eixo 3, que trata da “Constituição dos espaços de comercialização solidários”, no caso as Casas de Ecosol e seus desdobramentos. Tem como tal um grande “gargalo” para os EES diante das suas dificuldades e necessidades apresentadas corriqueiramente para a obtenção de geração e/ou melhoria de renda e por formações e assessorias das mais diversas.

Como resultado do projeto, para o eixo 3, o Projeto PAIES deverá apresentar três Casas de Economia Solidária implantadas e um Centro Público em funcionamento, que realizam o apoio e o assessoramento técnico aos EES.

3.2 - Casas de Economia Solidária

Trataremos da estratégia para implantação de Casas de Economia Solidária analisando o processo, a sua constituição e formações. Abordaremos também como se dá a organização e gestão destas Casas, no âmbito do Estado da Paraíba, como um potencial instrumento para as políticas públicas serem desenvolvidas dentro dos princípios da Economia Solidária.

As Casas de Economia Solidária são espaços multifuncionais, em que podem ser realizadas diversas atividades com as devidas adequações, tanto do ambiente físico quanto em relação aos equipamentos, mobiliários, materiais (permanente e/ou de consumo). Portanto, nestes espaços “abriga-se atividades de comercialização, de formação e assessoria técnica, incubação e de articulação local da economia solidária, realizadas por instituições governamentais ou não governamentais” (MTE).

Para haver a organização comunitária, inclusa no Eixo I, do Termo de Referência do MTE, compreende-se obter através de várias iniciativas, tais como: identificação, sensibilização, mobilização e organização em territórios. Através de Agente de Desenvolvimento Local e Economia Solidária, que em conjunto com

assessores técnicos territoriais, deverão concretizar diagnósticos de potencialidades socioeconômicas locais de investimentos, iniciativas em ES, aptidões socioculturais, entre outras.

A partir deste diagnóstico deverão organizar ou aperfeiçoar “o plano de desenvolvimento local ou territorial com base no fortalecimento de iniciativas de economia solidária, incluindo a definição das prioridades de apoio e investimento em formação, incubação, assistência técnica, financiamento e comercialização”. Neste sentido, prevê-se, através deste mesmo Eixo I, a implantação de espaços físicos multifuncionais de referência para estas ações em ES.

Tem-se como objetivos tornar disponível um espaço físico e infraestrutura para que aconteça a promoção de atividades organizativas e formativas dos trabalhadores (as) dos EES, tais como: realização de reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados à ES. Abriga, assim, projetos que possam fortalecer e integrar entre si promoção de atividades de incubação em ES, fortalecimento de redes de comercialização, intercâmbios de EES e contribuir na construção e cumprimento de políticas de ES.

Estes espaços podem estar integrados a outros equipamentos públicos e associativos comunitários existentes - Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), entre outros. Devem ter um Conselho de Gestão que estabelecerão um regimento interno, com definição de papéis dos seus membros e outras ações.

Observa-se também que, conforme o Termo de Referência do MTE, cabe à instância governamental proponente à responsabilidade pela administração executiva da Casa de ECOSOL e de tomar a iniciativa de convocar os diversos atores para se iniciar o processo das pessoas que vão compor o Conselho de Gestão deste espaço. Deve, ainda, ter a representatividade composta de no mínimo dois terços de representantes de EES, com percentual mínimo garantido de 60% da sociedade civil.

O processo de mobilização e sistematização das Casas junto aos EES deu-se através de várias ações de acompanhamento com os assessores do Projeto PAIES/INCUBES/SEDH. Estas fases se desdobraram, conforme relatórios técnicos, basicamente da seguinte forma:

- a) reuniões com atores locais para verificar a existência de condições objetivas e organizativas para a instalação dos equipamentos;
- b) busca por espaços físicos adequados;

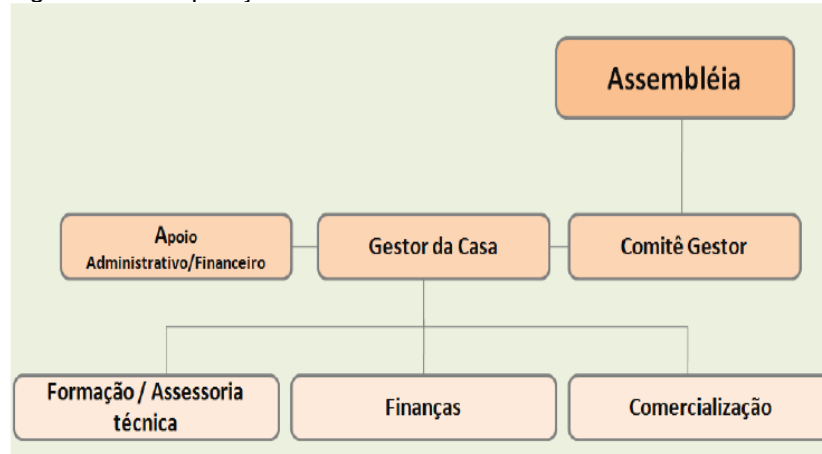
- c) pactuação dos locais propostos para sediarem os equipamentos no âmbito do Comitê Gestor do Projeto;
- d) discussão e elaboração do Regimento Interno das Casas;
- e) apoio à elaboração do layout dos equipamentos e móveis; entre outras.

Diante das articulações e apresentação, fruto do Projeto “Ações Integradas” da SENAES, em parceria firmada com o Governo Estadual por meio da Secretária Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH) e Prefeitura Municipal de Pombal, bem como da construção com os atores envolvidos nos devidos espaços (especificadamente para a Casa de Pombal), tivemos as seguintes Casas de ECOSOL para dar prosseguimento: Casa de Economia Solidária do Sertão em Pombal e uma outra construção que está em andamento para o Cariri, na cidade de Sumé. No total, três casas serão implantadas, embora a terceira Casa ainda sem definição territorial.

No caso da Casa de Pombal, conta-se com a capacidade organizativa através de seus atores locais, bem como o apoio da Prefeitura Municipal. E, conforme podemos observar na Ata de Reunião, vide Anexo I (p. 59), do dia 14/05/2015, durante a Reunião do Fórum Sertanejo de Economia Solidaria, muitas demandas foram discutidas. Dentre elas foi apresentada, discutida e aprovada a Planta de Móveis da Casa de ECOSOL - Pombal, com móveis em pallets. Esses móveis se encontram devidamente instalados, conforme posterior verificação junto aos técnicos do Projeto PAIES.

Discutiu-se, ainda, a iniciada elaboração do Regimento Interno da Casa de ECOSOL de Pombal, construção da proposta trabalhada pela equipe INCUBES/PAIES e apresentada pelo Fórum Sertanejo que havia anteriormente enviado aos participantes. Oportunizando para que em suas bases pudessem ser elaborados comentários e reflexões. Após ajustes discutidos coletivamente entre gestores públicos, EES e Entidades de Assessoria e Fomento (EAfs), acordaram que ficaria com o formato conforme a Figura 2, a seguir, fortalecendo assim a ES e servirá de base para as demais Casas a serem implantadas, entre outros elementos.

Figura 9 – Composição da Casa de ECOSOL – Pombal - PB



Fonte: Ata do Fórum Sertanejo, em 14/05/2015

A composição do Comitê Gestor levará em conta os segmentos de ES, ficando com a seguinte forma, conforme consta em Ata (Anexo I):

- 05 (cinco) Gestores Públicos, sendo 1 da SESAES, 01 (um) da Prefeitura de Pombal e 03 (três) Gestores Territoriais; e,
- 06 (seis) do Fórum de Economia Solidária, sendo: 3 (três) EES e 3 (três) EAfs.

3.2.1 - Casa de ECOSOL - Pombal

Contando com a presença do então Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, foi inaugurada em 03 de julho de 2014, a primeira Casa de Economia Solidária em Pombal, no sertão paraibano. Localizada na Rua Coronel João Leite, 393, Centro, Pombal-PB, é um espaço permanente de formação e de comercialização dos produtos de ES, beneficiando, entre outros, o alto e médio sertão paraibano. Também estavam presentes na inauguração a Prefeita do Município Pollyanna Dutra, a Deputada Estadual Estelizabeth Bezerra, lideranças locais e dos municípios circunvizinhos, representantes dos empreendimentos locais bem como a população em geral.

Na oportunidade, foi entregue, também, um caminhão Baú para apoiar os usuários da Casa de ECOSOL, coordenada pelo Centro de Apoio à Criança e Adolescente (CENDAC), através da presidente Walquíria Alencar.

De acordo com o Portal do Governo da Paraíba, na ocasião a Secretária Executiva de Desenvolvimento Humano, Ana Paula S Almeida, esclarece que o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, também investirá em outros

municípios, afirmando que “são atividades importantes para o desenvolvimento de experiências coletivas na área da economia solidária, fazendo com que a renda circule nessas comunidades”.

A Incubadora de Empreendimentos Solidário (INCUBES) também se fez presente no momento inaugural desta Casa de ECOSOL em Pombal, através da representação dos bolsistas Jocifran Dantas e Márcia Kirschner e com os registros fotográficos abaixo (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Casa ECOSOL – Pombal



Crédito: Márcia Kirschner/2014

Figura 11: Inauguração Casa ECOSOL – Pombal



Crédito: Márcia Kirschner/2014

Constituiu-se como momento importante para a cidade e região circunvizinha, pois, conforme o Portal Liberdade PB informa, “atende 15 municípios da região e é um espaço para cursos de qualificação e comercialização de produtos de grupos de mulheres artesãs e agricultoras”.

Almeja-se que o estudo da Casa de ECOSOL possa contribuir para demonstrar o processo de lutas e conquistas. É fundamental a discussão coletiva para todo e qualquer processo de Políticas Públicas, conforme pode ser observado na Foto 3 a seguir. Um processo coletivo de aprimoramento das ações através de discussões de que foram previamente articuladas ou em fase de articulação para as demandas que são apresentadas.

Figura 12. Casa de ECOSOL- Pombal



Crédito: Rede Sertão Paraibano/a (página de rede social).

Figura 13. Reunião na Casa de ECOSOL- Pombal – 2014. Encontro Preparatório III CONAES



Crédito: Governo do Estado da PB

Referente à Foto 4, trata-se de um encontro preparatório por meio da Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), em 19/11/2014, na Casa de ECOSOL em Pombal, para a III CONAES a ser realizada em Brasília, dias 27 a 30/11/2014. A Secretária Executiva da SEDH, Ana Paula Souza Almeida, repassou aos delegados todas as fases que serão concretizadas na Conferência tendo como um dos objetivos da CONAES a realização do balanço sobre os avanços, limites e desafios da ES. Atualmente quem responde pela Gerência da Casa de ECOSOL, é o Sr. José de Anchieta de Assis em substituição ao Sr. Aurenildo Fernandes de Araújo.

3.2.1.1 - Conhecendo o Município de Pombal

Figura 14. Pombal - PB



Fonte: Internet. Acesso em: 30/07/2016

Foto: autor desconhecido

Fundada em fins do século XVII e elevada a Vila por Carta Régia no dia 22 julho de 1766, tendo a sua emancipação política datada em maio de 1772, foi elevada à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Pombal, pela Lei provincial nº 68, de 21 de julho de 1862. O seu gentílico é pombalense.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), o Município de Pombal (Fig. 2 acima) está localizado na mesorregião do sertão paraibano, microrregião de Sousa. Possui uma área territorial de 888,807 km², densidade demográfica de 36,13 hab/km² e uma população de 32.110 hab., com estimativas para 2015 em 32.712 hab. Segundo os dados da Atlas seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,634 em 2010. É considerado dentro de uma faixa média por estar entre os índices de 0,600 a 0,699. Ocupa, dessa forma, a 3.407^a posição dentre os 5.565 municípios brasileiros. A seguir, de acordo com o demonstrativo do Quadro nº 1, podemos verificar o quantitativo e percentual da população pombalense entre os anos de 1991 a 2010, comparativo este sendo relacionado com os índices de gêneros e em relação as áreas urbana e rural.

Quadro Nº 2

Comparativo população: total/gênero/rural/urbana - Pombal – PB

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	30.410	100,00	31.954	100,00	32.110	100,00
Homens	14.248	46,85	15.300	47,88	15.381	47,90
Mulheres	16.162	53,15	16.654	52,12	16.729	52,10
Urbana	19.693	64,76	23.614	73,90	25.753	80,20
Rural	10.717	35,24	8.340	26,10	6.357	19,80

Fonte: Atlas com dados da PNUD, Ipea e FJP.

Elaboração: adaptação própria

Estes dados são importantes, no sentido em que podem dar um perfil a ser trabalhado nas políticas públicas do Município de Pombal ao observar-se o crescente aumento significativo da população na área urbana, com 80,20% no ano de 2010. Constata-se ainda o decréscimo da população rural, também significativo, ao longo destes anos, apresentando o percentual de 19,80%, dados de 2010.

Apesar da população total não ter aumentado demasiadamente neste período em 1.700 pessoas - de forma bruta e desconsiderando-se outras variáveis - observa-se o aumento crescente da população feminina com percentual de 52,10% em 2010. A população masculina também se apresentou crescente, mas com percentual menor

que o da população feminina, apresentado por 47,90%, neste mesmo período e dados de 2010.

3.2.2 - Casa de ECOSOL - Sumé

Decorrente das primeiras mobilizações e articulações da SEDH, de técnicos do PAIES e atores da região, está em andamento a Casa de ECOSOL na região de Sumé, inicialmente em construção com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus Sumé, que cedeu um espaço físico estrategicamente localizado em frente à Praça central deste Município conforme relato técnico.

A técnica do PAIES/INCUBES - responsável pela região do Cariri Edilene dos Santos, durante assessoramento técnico às artesãs do grupo Arte e Vida em Sumé - explica: “espaço este que será para comercialização, formações, cursos e para fortalecimento da Política Nacional de Economia Solidária, fortalecendo o movimento que vem se desenvolvendo no país e no Estado da Paraíba, através das articulações e ações do Projeto Ações Integradas, parceria formada entre SENAES, SESAES-SEDH/PB, INCUBES-UFPB”.

Em outras assessorias percebeu-se que o assunto precisa ser melhor discutido pela falta de entendimento dos EES por acharem “ uma questão complexa de gerenciar um espaço destes de forma coletiva”. Expõe aos EES que também será um espaço de formações pois, entre eles ainda é difícil o entendimento de dividir tarefas coletivas. Trata-se de um aprendizado no grupo, este processo de trabalho autogestionário.

A técnica explica que em todos os espaços em que assessora a Casa de ECOSOL se trata de um processo em construção para o fortalecimento da política de ES na região e que precisa da organização e mobilização de todos. Diversos grupos estão em processo de se cadastrarem no CADSOL, que é o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários, conforme informa.

Posteriormente verificou-se uma mudança de localização de instalação da Casa de ECOSOL, pois deveria ser na UFGC, conforme estava se encaminhando os diálogos de parceria, mas que por motivos internos da universidade não foi levado adiante.

A técnica relata que realizaram uma visita ao novo local que a Prefeitura Municipal da Cidade de Sumé disponibilizou. Trata-se de um prédio anexo ao

construído para funcionamento da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em parceria com a Associação Beneficente da Comunidade Rural Terra Vermelha. Está prevista entrega para ainda em 2016 para a comercialização dos produtos de forma solidária.

O Projeto Ações Integradas – PAIES também entrará como parceiro na referida Central de Comercialização, pois também é uma das metas do projeto. Relata que para este novo momento que está sendo construído “estiveram presentes o vice-prefeito da Cidade, representantes da Secretaria Executiva Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, Técnica do PAIES-INCUBES/UFPB e representantes do COOPERAR”.

3.2.2.1 - Conhecendo o Município de Sumé

Figura 15. Sumé -PB



Fonte: Internet. Acesso em: 30/07/16

Foto: autor desconhecido

O município de Sumé (Fig. 3 acima) está localizado na microrregião do Cariri Ocidental, da mesorregião da Borborema no Estado da Paraíba. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), possui uma área territorial de 838.071 km² e densidade demográfica de 19,16 hab/km². Apresentando, em 2010, uma população de 16.060 hab. com estimativa de população em 16.784 hab. para o ano de 2015.

Segundo os dados da Atlas seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é considerado de faixa média. Apresenta índice de 0,627 em 2010, estando entre os índices de valores 0,600 a 0,699. As dimensões de índice do IDHM que mais contribuíram para a ser de faixa média foram: a longevidade (0,765), a renda (0.602) e a educação (0.534). Ocupa, dessa forma, a 3.534^a posição dentre os 5.565 municípios brasileiros. Seu gentílico é sumeense.

Abaixo pode-se observar, através do Quadro nº 2, o demonstrativo da população sumeense entre os anos de 1991 a 2010, com seus respectivos percentuais e quantitativos comparativos entre os gêneros, bem como em relação as áreas urbanas e rural.

Quadro nº 3 Comparativo população: total/gênero/rural/urbana - Sumé – PB

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	15.382	100,00	15.035	100,00	16.060	100,00
Homens	7.543	49,04	7.442	49,50	7.927	49,36
Mulheres	7.839	50,96	7.593	50,50	8.133	50,64
Urbana	9.915	64,46	10.877	72,34	12.236	76,19
Rural	5.467	35,54	4.158	27,66	3.824	23,81

Fonte: Atlas com dados da PNUD, Ipea e FJP. Elaboração: adaptação própria

Com estes dados podemos verificar que houve um crescimento na população total, apesar de que no ano de 2000 a população diminuiu e voltou a crescer em 2010. Com relação aos homens, apresentou um percentual total de 49,36% e entre as mulheres ficou em 50,64% do total percentual. Observa-se também que, em relação a população urbana, foi crescente em todos os anos finalizando, em 2010, com um percentual de 76,19%, representando um aumento populacional de 11,73% desde 1991. Em relação à rural, decresceu em todos os anos e, em 2010, apresentou 23,81 %, representando uma diminuição populacional - percentualmente coincidente com a população urbana - de 11,73%, a partir de 1991.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após algumas pesquisas exploratórias na dinâmica das implantações das Casas de Ecosol pode-se observar que os princípios básicos da Economia Solidária são fundamentais para o exercício da autogestão.

As políticas públicas, a partir do governo Lula e ao longo do processo, principalmente com a criação da SENAES, do FBES e apesar de o capitalismo ser a nossa economia principal, a economia solidária nos diz que “Outra Economia Acontece”. Sim, “É Possível” apesar de demonstrar que o processo é “lento”, mas significativo quando verificamos os ganhos que a comunidade alcança.

Na linha do tempo da ES, por meio dos mecanismos de políticas públicas apresentadas, verificou-se a importância da construção coletiva decorrente dos processos das I, II e III CONAES, instrumentos importantes para um melhor acompanhamento da ECOSOL no Brasil.

A partir destas Conferências, foram efetivados diversos instrumentos de PP, a exemplo do SIES, na identificação e caracterização dos EES e entidades provendo o mapeamento iniciado em 2004, bem como dos Planos Nacionais de Economia Solidária.

Observa-se, principalmente, através de relatos técnicos, os quais estão em constante assessoramento com os mais diversos grupos de EES, que são muitas as dificuldades enfrentadas por estes atores, quando não se tem o acompanhamento necessário. Muitos deles até fazem a ES, mas não têm os mecanismos necessários para que possam levar adiante o seu empreendimento de forma a dar uma melhor sustentabilidade financeira, como exemplo temos o espaço de comercialização e a falta de assessoria técnica.

Neste sentido, as Casas de ECOSOL são um espaço em que se pode praticar os mais diversos aprendizados de saberes que cada um traz com sua história de vida e de experiências, com a diversidade de serviços e produtos, aliada às ações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e empoderamento dos indivíduos na forma coletiva de se trabalhar: ganham todos, pois todos aprendem e todos ensinam.

É o sentido da cooperação e solidariedade, vivenciada no respeito ao próximo, no seu trabalho de forma digna e na busca de uma autogestão, que, apesar dos

conflitos inerentes ao ser humano, busca o diálogo e a capacidade que cada um tem em buscar o que é melhor coletivamente.

Durante as pesquisas, verificaram-se os diversos atores na construção dos espaços, cabendo ao poder público a sua parte de mobilizar e articular estes mecanismos para proporcionar este diálogo com a comunidade dos EES.

Através de projetos direcionados, como é o caso do PAIES, promove e fomenta a ES, enquanto um instrumento da política pública.

Nesse contexto, tivemos dois Municípios para um breve estudo. O Município de Pombal, com uma Casa já implantada e por isso mesmo atualmente com outras realidades provenientes do processo de autogestão mais efetiva, de um espaço já em funcionamento. E, por isso, possibilita aprofundamento desta pesquisa, como sugestão de verificação deste espaço coletivo de comercialização e formação.

E o município de Sumé, que ainda está em processo de implantação com previsão para entrega ainda em 2016. Observa-se que, por se tratar de uma construção coletiva, outros interesses podem travar algumas ações, a exemplo da desistência da UFCG em ceder o espaço. Dessa forma, dificulta o seu andamento de forma mais célere, muitas vezes recomeçando todo o processo de articulações, como foi o caso.

Ressalta-se a importância de Comitês para se avançar neste processo de implantação e dos Conselhos Gestores pós implantação para as tomadas de decisões dos planos e nas demandas que surgem para as Casas de ECOSOL.

A possibilidade que se constrói aos EES de se emanciparem e de se empoderarem – não se tratando somente de uma transferência de renda e sim formas de gerar seu trabalho e obter a sua própria renda de forma digna, principalmente aos que estão em vulnerabilidade social ou extrema pobreza – responde à pergunta chave da presente pesquisa que foi: “De que forma a implantação destes equipamentos públicos, através de suas Políticas Públicas em Economia Solidária (PPES), podem contribuir para a formação, desenvolvimento, reconhecimento local, geração de trabalho e conseqüentemente melhoria de renda dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)?

Dessa forma, a própria experiência em se construir coletivamente, formas de gerir e socializar um determinado espaço de comercialização em comum, participando das decisões, torna-se um ganho.

Espera-se que este trabalho de alguma forma tenha contribuído aos entendimentos de ES relacionadas as Casas de ECOSOL. Todavia, compreende-se ser pertinente dar continuidade ao mesmo, principalmente pelo momento político-econômico-social crítico que estamos vivenciando no Brasil, que a muitos deverá atingir. Isso porque se percebe visivelmente o desmonte de políticas públicas sociais atingindo diretamente aos menos favorecidos em suas necessidades mais básicas que é a saúde, educação e moradia.

Novamente, diante deste quadro que estamos vivenciando, e ao olhar para trás na nossa história da humanidade, durante o período de trocas, sem a existência do dinheiro, tenho mais ainda a certeza de que **“Uma outra economia pode acontecer, pois ela é possível”**, que é a Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006 Disponível em: < http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf >. Acesso em: 31/10/2016.

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (ATLAS) - **Município de Pombal**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pombal_pb >. Acesso em: 29/07/2016.

_____. **Município de Sumé**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sume_pb >. Acesso em: 30/07/2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. Câmara dos Deputados. Projetos de Leis e outras Proposições - **Projeto de Lei 4685/2012**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138> >. Acesso em: 30/10/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Editais de Chamada Pública nº 002/2011**- SENAES /MTE. Disponível em: < http://www.fundepes.br/privado/anexos/fomentos/fomento_44/chp_senaes_002_2011_edital.pdf >. Acesso em: 30/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Ações Integradas**. Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas/acoas-integradas> >. Acesso em: 29/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Apresentação da I CONAES**. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-da-i-conferencia.htm> >. Acesso em: 21/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **ANAIS - I CONAES (2006)**. Disponível em: < http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf >. Acesso em: 28/10/16.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **II CONAES- Documento Final**. Disponível em: < http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf >. Acesso em: 21/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **III CONAES**. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143BB08893640E8/Texto%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf> >. Acesso em: 21/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES. **Texto de Referência. Contextualização e Balanço Nacional. III Conaes** - Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em: < <http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/883/1/Texto%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf> >. Acesso em: 30/10/2016.

_____. Ministério de Trabalho. **Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)**. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes> >. Acesso em: 15/10/2016.

_____. Ministério do Trabalho. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)** para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf> >. Acesso em: 29/10/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Economia Solidária**. Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria> >. Acesso em; 23/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Economia Solidária - o que é?** Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e> >. Acesso em: 20/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Economia Solidária - quem são os participantes?** Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/quem-sao-os-participantes> >. Acesso em: 20/07/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política Nacional de Economia Solidária SENAES/MTE – Termo de Referência Volume 1: Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável Visando à Superação da Extrema Pobreza - 2013**. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf> >. Acesso em: 28/08/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **O que é o SIES?** Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/> >. Acesso em: 30/10/2016.

_____. Ministério do Trabalho. **Recomendação** Publicada no DOU de 08/08/2008. Disponível em < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes/recomendacoes> >. Acesso em: 10/10/2016.

_____. Portal do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **O que é o SIES?** Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/> >. Acesso em: 20/07/2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm >. Acesso em: 20/07/2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei Nº 8.742, de 07/12/1993**. Dispõe sobre a organização social e dá outras Providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm >. Acesso em: 30/07/16.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii >. Acesso em: 20/07/2016.

CANNON. John. Combinação de Atos. **O companheiro de Oxford à história britânica**. 2002. Encyclopedia.com. Disponível em: < <http://www.encyclopedia.com> >. Acesso em: 30/07/2016.

CARNEIRO, V G. **Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

_____. **A construção coletiva da Política Pública de Economia Solidária**: as Conferências Nacionais de Economia Solidária. Outra Economia, vol. 8, n. 15, julho-diciembre 2014. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/outraeconomia/article/viewFile/outra.2014.815.09/4396> >. Acesso em: 14/11/2016.

CIRANDAS. **O que é economia solidária?** Disponível em: < <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes> >. Acesso em: 20/07/2016.

COLE, G D H. A Century of Co-operation. Manchester, Cooperative Union Ltd. 1944. Economia Viva. Pensar globalmente e Atuar Localmente. **Secretária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: < <http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163> >. Acesso em: 29/07/2016.

COSTA, O A; NISHIMURA, S R. **Centro Público de Economia Solidária: o desafio da construção coletiva - II Parte**. Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional / (organizador) Benilson Borinelli...[et al.] – Londrina: UEL, 2010. Disponível em: < <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/2ZxZ53z230.pdf> >. Acesso em: 14/11/2016

Economia Viva. Pensar Globalmente e Atuar Localmente. **Secretária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: < <http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163> >. Acesso em: 29/07/2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: < <http://www.fbes.org.br/> >. Acesso em: 30/07/2016. Atualmente encontra-se desativado. Acesso em: 28/10/2016.

_____. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em: < http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 >. Acesso em: 20/07/2016. Atualmente encontra-se desativado. Acesso em: 28/10/2016.

_____. Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES). Disponível em: < http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=246&Itemid=10 >. Acesso em: 30/07/2016. Atualmente encontra-se desativado. Acesso em: 28/10/2016.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Objetivos**. Disponível em: < <https://prezi.com/ouo5iscemzdr/forum-social-mundial-fsm/> >. Acesso em: 31/07/2016.

GUIMARÃES, J S. QUENTAL, P. REDE BRASIL ATUAL - Brasil Debate - Trabalho **Entrevista: Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul**

Singer. Publicada em 24/12/2014. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html> >. Acesso em: 30/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estados-Paraíba.** Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=sinopse_censodemog2010 >. Acesso em: 25/10/16.

_____. **Estados - Paraíba.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb> >. Acesso em: 30/09/2016

_____. **Cidades – Sumé.** Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251630&search=||infoqr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> >. Acesso em: 30/07/2016.

_____. **Sumé - Histórico.** Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251630&search=paraiba|sume|infograficos:-historico> >. Acesso em: 31/07/2016.

_____. **Cidades - Pombal.** Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251210&search=paraiba|pombal> >. Acesso em: 29/07/16.

_____. **Pombal – Histórico.** Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=251210> >. Acesso em 30/07/16.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Projeto Técnico: **Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial Visando a Superação da Extrema Pobreza no Estado da Paraíba.** Aprovado. SICONV nº 048238/2011.

POCHMANN, M. **Nota técnica- Economia Solidária no Brasil:** possibilidades e limites. Revista IPEA. Mercado de Trabalho. 24/ago /2004. Disponível em: < http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf >. Acesso em: 02/11/2016.

PORTAL Governo do Estado. **Governo do Estado inaugura Casa da Economia Solidária em Pombal** sexta-feira, 4 de julho de 2014 - 09:22 - Fotos: José Marques/Secom-PB Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/governo-do-estado-inaugura-casa-da-economia-solidaria-em-pombal/> >. Acesso: 26/07/16

PORTAL. Governo do Estado. **Governo inicia preparativos para Conferência Nacional da Economia Solidária - 2014.** Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/governo-inicia-preparativos-para-conferencia-nacional-da-economia-solidaria/> >. Acesso em 18/11/2016.

PORTAL Liberdade PB. Governador nomeia suplente de vereador para cargo na gerência da Economia Solidária, em Pombal. Matéria on line publicada em 05.03.2016. Disponível em: < <http://www.liberdadepb.com.br/noticia/governador+nomeia+suplente+de+vereador+para+car+go+na+gerencia+da+economia+solidaria+em+pombal-19638> >. Acesso em:17/11/2016.

PRAXEDES, S F. **Economia Solidária e Políticas Públicas. Políticas Públicas de Economia Solidária:** novas práticas, novas metodologias. IPEA Revista Mercado de Trabalho, nº 39, mai. 2009. Disponível em: <

http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf >. Acesso em: 26/10/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL SUMÉ. **Nossa Cidade - História**. Disponível em: < <http://www.sume.pb.gov.br/historia/> >. Acesso em: 31/07/2016.

SANTOS, M L M; OLIVEIRA, B C S C M ; PELOSI, E M: **Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil**, en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 170, 2012. Disponível em: < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/12/sop.html> >. Acesso em: 30/10/2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** -1ª Edição - 3ª reimpressão – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES). **Projeto SIES**. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/sies> >. Acesso em: 30/10/2016.

ANEXO I - Ata de Reunião do Fórum Sertanejo de Economia Solidária - 14/04/2015

Ata de Reunião do Fórum Sertanejo de Economia Solidaria Colaborador Responsável por escrever a ata: Danielli Lopes – ESSOR e Juceli Almeida –CEMAR		
Local: Pombal – PB na casa Regional de Economia Solidaria de Pombal –PB	Data: 14/05/2015	Horário: 09:30h as 12:00h e das 14:00 as 16:00h
<p>Entidades presentes 27 pessoas dentre elas, representantes do Governo do Estado da Paraíba, através da secretaria de Desenvolvimento Humano, EMATER, CENDAC, CMDRS / Condado, 13ª Regional de Desenvolvimento Humano, Orçamento Democrático 13ª Região representações do Fórum Sertanejo: ESSOR BRASIL, CEMAR, ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOLAS RUFINOS E DANIEL, Ação Diocesana de Patos – ASDP, PASPP, Assentamento JACÚ, Várzea Comprida dos Oliveiras, Associação São João, INCUBES – UFPB, ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLAS BARBOSA, Associação Alagadiço, Secretárias de Agricultura, Indústria e Comércio e de Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Pombal, Secretaria – SEDEHA de Patos, UAC, além dos Grupos de EMPREENDIMIENTOS.</p>		
<p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Socialização do encontro Estadual de Ecosol em Lagoa Seca e apresentação da nova composição do Fórum Estadual; 2. Repasse da 1º reunião da coordenação Estadual 3. Repasse da reunião da coordenação FEES/PB com a secretaria de Segurança Alimentar e Ecosol 4. Governo do Estado Apresentação da Planta de mobília da Casa Regional de Economia Solidária; 5. INCUBES dialogo sobre o Regimento Interno da Casa de Ecosol 6. Apresentação do gestor da casa Ecosol 7. Governo do Estado – Organização do curso de gestores Públicos 8. Encaminhamentos e encerramento 		
<p>Resumo da Reunião:</p> <p>1. Apresentação dos objetivos da Reunião e participantes</p> <p>Os trabalhos foram abertos com uma fala de Danielli Lopes Representante de ESSOR BARSIL no Fórum sertanejo e integrante da coordenação Estadual que deu as boas vindas aos participantes e registrou a presença da secretaria de Segurança Alimentar e Economia Solidária do estado e a da INCUBES, em seguida foi feita uma roda de apresentação com os presentes na reunião .</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Socialização do encontro Estadual de Ecosol em Lagoa Seca e apresentação da nova composição do Fórum Estadual; <p>Falou da importância do Encontro Estadual realizado nos dias 24 e 25 em Lagoa Seca, registro a participação da secretaria nacional de economia Solidaria no encontro e também informou que durante o encontro foi eleita a nova coordenação Estadual do FEES?PB, anexo abaixo: Membros da coordenação estadual.docx</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Repasse da 1º reunião da coordenação Estadual <p>Danielli e Beto falaram da reunião realizada em 18/04/2015 em João Pessoa Destacando que este momento inicial foi propício para a nova coordenação discutir as formas de organização e as atuais fragilidades do Fórum</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Repasse da reunião da coordenação FEES/PB com a secretaria de Segurança Alimentar e ECOSOL. <p>Danielli passa a fala para Ana Paula - Secretaria de segurança Alimentar e ECOSSOL da Paraíba para falar sobre este momento, que também falou sobre a feira de saúde Mental, que acontecerá</p>		

entre os dias 04 e 06 de junho, e será realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, sendo o 2º Fórum Brasileiro de Saúde Mental organizado pela Associação Brasileira de Saúde Mental – Abrasme. Neste ano, o evento terá como tema "Direito às Diversidades: Cidades, Territórios e Cidadania" com o objetivo central de problematizar as violações de Direitos Humanos das diferentes formas de viver as cidades. Destacando a importância da participação de todas as regiões, informando que ficaram 08 vagas para o sertão, com a logística garantida pelo Governo do estado.

Danielli sugeriu que os empreendimentos se reunissem no intervalo de almoço e definissem quem participaria e em seguida socializa com a plenária em caso de consenso, o grupo concordou com a sugestão.

Beto representante do PASPP socializou o intercâmbio no Jardim Botânico – no CPCC, nos dias 12 e 13 de Junho, e que o Fórum está organizando uma caravana para participar do evento, destacando apenas as limitações de recursos para participar mais que era necessário nos mobilizar para garantir esta participação.

Na ocasião Mauricio Sarda da INCUBES - Informou que poderiam apoiar a participação garantindo a Alimentação e Hospedagem das 15 pessoas no evento destacando a sua importância .

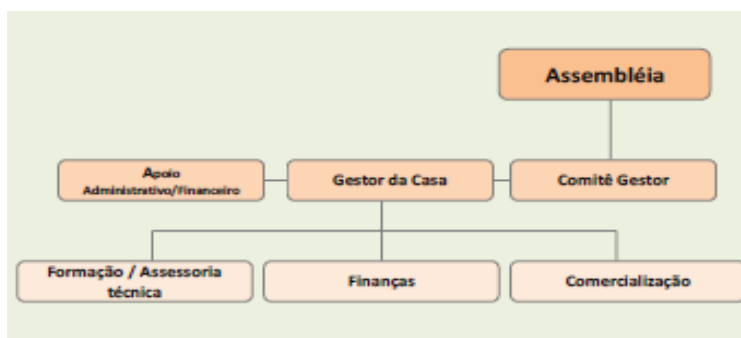
4. Governo do Estado Apresentação da Planta de mobília da Casa Regional de Economia Solidária

O arquiteto do Estado presente na reunião apresentou a planta de mobília da Casa, e pediu para que os presentes, principalmente os empreendimentos opinassem, contribuíssem no projeto, e segundo eles, estava bastante interessante, tiraram apenas algumas dúvidas, e a proposta foi aprovada por unanimidade, ficando acordado com Ana Paula que em 02 meses (junho e Julho) a organização da estrutura da Casa para que em seguida possa funcionar a comercialização.

5. INCUBES dialogo sobre o Regimento Interno da Casa de ECOSSOL

Maurício Sarda coordenação da INCUBES – UFPB, destacou a satisfação de estar em Pombal, e fez uma breve retrospectiva do projeto ações integradas, destacando que sua vinda e participação na reunião do fórum sertanejo era alinhar os olhares sobre a gestão da casa de ECOSSOL de Pombal que é a primeira da Paraíba e servirá de modelo para muitas outras, de acordo com a Fala de Mauricio.

Falou da proposta de regimento que o fórum Sertanejo havia enviado, colocando que era muito extenso e que era necessário unificar, após as discursões ficou acordado que a casa terá o seguinte formato de gestão:



Mauricio ficou de organizar todas as discussão e contribuições sobre o regimento e socializar com todos.

6. Apresentação do gestor da casa:

A prefeita do município de Pombal - PB Polyana Dutra ,que esteve presente na reunião no horário da tarde, destacou a satisfação de estar participando deste encontro , colocando a responsabilidade do seu governo na geração de trabalho emprego e renda , resultando a ecosol como uma alternativa em que seu governo acredita e apóia , através das parcerias com o Governo do Estado da Paraíba e Governo Federal ,no município de Pombal, se colocando a disposição para contribuir neste processo importante

para o desenvolvimento das pessoas e da cidade , destacando a experiência do grupo de mulheres da comunidade Vazia comprida dos Oliveira com uma experiência que deve ser multiplicada.

Ana Paula oficializou que a pessoa de referência da casa de ECOSOL de Pombal via governo do Estado é o Sr. Aurenildo Fernandes (Bebé) do Orçamento Democrático Participativo e Emanuel de Condado será a pessoa de apoio.

9. Governo do Estado – Organização do curso de gestores Públicos

Ana Paula socializa a realização do curso de gestores públicos no Sertão através do projeto ações integrado, destacando que são 30 vagas, distribuídas assim por municípios, de acordo com sugestões dos presentes:

Pombal: 06 vagas Patos: 02 vagas Teixeira: 02 vagas

Paulista: 02 vagas Condado: 02 vagas Maturéia: 02 vagas

São Bentinho 02 vagas Santa Luzia: 02 vagas

São Domingos de Pombal: 02 vagas

Cajazeiras: 02 vagas

Bonito de Santa Fé: 02 vagas

Aparecida: 02

Uiraúna: 02

Sendo que o curso será realizando em Pombal com previsão de para os dias 22 e 23 de maio de 2015.

Sendo a pessoa de referencia na organização Emanuel da Casa de ECOSOL.

Encaminhamentos:

- ✓ Incubes-Mauricio enviar o regimento interno da casa de ECOSOL com as alterações e contribuições feitas durante a reunião, até 23 de maio de 2015;
- ✓ INCUBES informou que assumirá as hospedagens e alimentação da 15 pessoas do sertão no intercâmbio no banco Jardim Botânico;
- ✓ Prefeitura de Pombal disponibiliza o transporte para o encontro de intercâmbio no banco jardim Botânico;
- ✓ Coordenação do Fórum sertanejo de ECOSOL encaminhará ofício a INCUBES solicitando hospedagem e alimentação para 15 pessoas participar do intercâmbio no banco Comunitário Jardim Botânico;
- ✓ Emanuel gestor da casa de ECOSOL pelo governo do Estado ficou responsável por organizar as inscrições para o curso com o apoio de Arlan / ASDP na região de patos e Rivelino e Beto em Cajazeiras.
- ✓ Ficou acordado que a INCUBES fará um momento/ Plano de trabalho com o CEMAR na primeira quinzenal de junho; entidade Ancora na implementação do Banco Comunitário em Pombal.
- ✓ Previsão do 2º Módulo de Formação do Ações Integradas para os empreendimentos do sertão nos dias 07 e 08 de Julho, em Patos.

Observações:**Fotos da Reunião /Frequência de Reunião escameada**

Frequência do Forum
sertanejo ECOSSOL,ç

